



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CURSO DE MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

HÉLLEN KARYNE DUARTE DE FARIAS

**INFLUÊNCIA DAS PRÁTICAS FILANTRÓPICAS NA *TAX AVOIDANCE* DE
EMPRESAS BRASILEIRAS**

**JOÃO PESSOA - PB
2026**

HÉLLEN KARYNE DUARTE DE FARIAS

**INFLUÊNCIA DAS PRÁTICAS FILANTRÓPICAS NA *TAX AVOIDANCE* DE
EMPRESAS BRASILEIRAS**

Dissertação a ser apresentado como requisito à obtenção do título de Mestra em Ciências Contábeis, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, da Universidade Federal da Paraíba.

Linha de Pesquisa: Informação Contábil para Usuários Externos

Orientador: Prof. Dr. Robério Dantas de França

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

F224i Farias, Hellen Karyne Duarte de.
Influência das práticas filantrópicas na Tax
Avoidance de empresas brasileiras / Hellen Karyne
Duarte de Farias. - João Pessoa, 2026.
95 f. : il.

Orientação: Robério Dantas de França.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA.

1. Tax Avoidance. 2. Filantropia. 3. Taxa efetiva de
tributos sobre o lucro. 4. Reputação corporativa. I.
França, Robério Dantas de. II. Título.

UFPB/BC

CDU 657.372:336.225.673(81)(043)

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

DEFESA DE DISSERTAÇÃO Nº 103

Ata de Sessão Pública da Defesa de Dissertação da aluna Héllen Karyne Duarte de Farias, do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba.

Linha de Pesquisa: Contabilidade e Finanças

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas, reuniu-se na Sala Virtual da Plataforma Google Meet, por meio do link: <https://meet.google.com/kfo-fbpe-cwd>, a Banca Examinadora, composta pelos professores doutores: **Robério Dantas de França (Presidente da Banca Examinadora – PPGCC/UFPB)**, **Viviane da Costa Freitag (Membro Interno - PPGCC/UFPB)** e **Alexandre Evaristo Pinto (Membro Externo – USP)**, para julgar o trabalho de dissertação intitulado: **“INFLUÊNCIA DAS PRÁTICAS FILANTRÓPICAS NA TAX AVOIDANCE DE EMPRESAS BRASILEIRAS**, de autoria da aluna Héllen Karyne Duarte de Farias, orientado pelo professor **Robério Dantas de França**. Dando início aos trabalhos, o Presidente da Banca Examinadora explicou aos presentes a finalidade da sessão pública, e passou a palavra à mestrande para que fizesse a apresentação de seu trabalho de dissertação. Após a apresentação do trabalho, a banca examinadora fez arguições à discente, que as respondeu. Em seguida, o presidente da banca examinadora, convidou os demais membros da banca para se reunirem reservadamente, para que fosse feito o julgamento do trabalho. A Banca Examinadora então atribuiu ao discente o conceito:

☒ (X) Aprovado(a)

☐ () Insuficiente

☐ () Reprovado(a)

Comentários da Banca Examinadora

A banca deliberou pela aprovação.

As sugestões serão consideradas na versão final da dissertação, a qual será depositada nas próximas semanas.

Comentários da Banca Examinadora

Proclamados os resultados, o Presidente encerrou os trabalhos referentes à defesa de dissertação da discente. João Pessoa, 26 de fevereiro de 2026

Documento assinado digitalmente
 **ROBERIO DANTAS DE FRANÇA**
Data: 27/02/2026 10:33:00-0300
verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Robério Dantas de França
Presidente da Banca Examinadora – PPGCC/UFPB

Documento assinado digitalmente
 **VIVIANE DA COSTA FREITAG**
Data: 27/02/2026 11:41:49-0300
verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profª. Drª. Viviane da Costa Freitag
Membro Interno - PPGCC/UFPB

Documento assinado digitalmente
 **ALEXANDRE EVARISTO PINTO**
Data: 27/02/2026 15:29:24-0300
verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Alexandre Evaristo Pinto
Membro Interno – USP

Documento assinado digitalmente
 **HELLEN KARYNE DUARTE DE FARIAS**
Data: 27/02/2026 11:18:40-0300
verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Héllen Karyne Duarte de Farias
Discente

AGRADECIMENTOS

A finalização desta dissertação, marca o encerramento de uma fase que impulsiona o início de um novo ciclo de minha vida acadêmica. Nada disso seria possível, primeiramente, a permissão divina, que me permitiu ter uma família que pode me dar suporte durante todo esse processo, compreendendo a minha presença parcial em alguns momentos, já que tive que abdicar de alguns momentos para poder cumprir com as obrigações que a vida acadêmica exige.

Além de ser grata a todos meus familiares, também gostaria de agradecer aos meus amigos, tanto os que já tinha amizade firmada antes mesmo da minha entrada na pós-graduação, que respeitaram e compreenderam minha ausência, quanto àqueles que conheci e formei amizade ao longo do mestrado, sem eles, muito provavelmente, eu não teria conseguido finalizar nem mesmo o primeiro semestre. Obrigada! Aprendi muito com vocês!

Sou grata ao meu primeiro orientador, já que graças a ele pude ingressar ao programa e ainda mais grata ao professor Robério, que me “adotou” após a saída do meu orientador do programa. Muito obrigada, professor Robério, por ter confiado no tema que escolhi, por ter indicado caminhos para que pudesse finalizar essa pesquisa, além de ter abdicado de boa parte do seu tempo para que eu pudesse concluir o estudo da melhor forma que eu podia, com o prazo que tinha. Sem o senhor, nada disso teria sido possível, muito obrigada!

Obrigada ao PPGCC da UFPB, por também ter confiado em mim para ingressar ao programa, por terem me indicado à FAPESQ, que me ajudou financeiramente à me manter no programa e a participar dos mais variados eventos promovidos. Obrigada a todos que confiaram, mandaram boas energias e torceram por mim!

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fluxograma de interligação temática e teórica	35
Figura 2 – Fluxograma esquematizando procedimentos metodológicos.....	42

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Resumo de variáveis de interesse de controle	39
Tabela 2 – Tabela resumo estatística descritiva - antes e depois da winsorização dos dados	43
Tabela 3 – Estatística descritiva ETR total e corrente ambas truncadas	47
Tabela 4 – Resultados regressão modelo de efeitos fixos e <i>pooled</i> para a ETR total (truncada)	48
Tabela 5 – Resultados regressão modelo de efeitos fixos e <i>pooled</i> para a ETR corrente (truncada)	49
Tabela 6 – Resumo dos resultados da regressão <i>pooled</i> considerando apenas empresas que divulgam suas ações filantrópicas relacionando as variáveis à ETR total e corrente	51
Tabela 7 – Resumo dos resultados da regressão quantílica em múltiplos quantis no modelo <i>pooled</i> relacionando ETR total e corrente com FILANT	53
Tabela 8 – Resumo dos resultados da regressão quantílica em múltiplos quantis considerando efeitos fixos de setor e de ano relacionando ETR total e corrente com FILANT	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASG	Ambiental, Social e Governança
ATR	<i>Aliquot Tax Rate</i> - Alíquota de tributo aplicável
B3	Brasil, Bolsa e Balcão (Bolsa de valores brasileira)
BTD	<i>Book-tax difference</i> (diferença entre o lucro contábil e fiscal)
CF/88	Constituição Federal brasileira de 1988
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DP	Desvio-padrão
ESG	Environmental, Social and Governance
ETR	<i>Effective Tax Rate</i> (Alíquota Efetiva de Tributação)
EUA	Estados Unidos da América
FIA	Fundo para Infância e Adolescência
FUMCAD	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i>
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
ISE	Índice de Sustentabilidade Empresarial
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIPs	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PRONON	Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica
PRONAS	Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência
RDH	Relatório do Desenvolvimento Humano
RSC	Responsabilidade Social Corporativa
UPs	Utilidade Pública

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	11
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA	15
1.3 DELIMITAÇÃO DO TEMA E OBJETIVOS DA PESQUISA	16
1.4 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DO TEMA	18
2 REVISÃO DE LITERATURA	22
2.1 FILANTROPIA EMPRESARIAL	22
2.2 <i>TAX AVOIDANCE</i> E FILANTROPIA EMPRESARIAL	24
2.3 FILANTROPIA E LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA BRASILEIRA	26
2.4 FILANTROPIA CORPORATIVA E LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA INTERNACIONAL	28
2.5 TEORIAS APLICÁVEIS AO ESTUDO	29
2.6 HIPÓTESES DO ESTUDO	36
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	37
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	42
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS	61
APÊNDICES	61
APÊNDICE A - ETAPA QUALITATIVA	68
APÊNDICE B - ETAPA QUANTITATIVA	76

RESUMO

A conjuntura pós-pandêmica e o emergente quadro de conflitos internacionais, têm impactado economias globais e intensificado desigualdades. Tal cenário propicia o crescimento de ações filantrópicas como meio de compensar ausências de bens e serviços de Estados, aos quais o contexto impõe maior pressão por gastos, ao passo que entidades privadas buscam mecanismos para a manutenção de sua lucratividade, contexto no qual a *tax avoidance* apresenta-se como uma estratégia possível de ser adotada para atingir tal fim. Nesse cenário, a forma como informações são divulgadas têm se demonstrado relevante para projetar imagem de confiança e solidez, motivo pelo qual empresas têm divulgado em seus relatórios contábeis informações que ultrapassam àquelas que devem ser apresentadas em razão de imposição normativa. Assim, considerando a improbabilidade de entidades investirem em produzir informação, sem que esta resulte em algum benefício à empresa, somado ao fato de que a busca por reduzir carga tributária têm impactos reputacionais, o presente trabalho tem por objetivo investigar o nível de influência de práticas filantrópicas na *tax avoidance* de empresas brasileiras listadas no índice ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial) 2024 da B3. Para tanto, realizou análise documental de informações acerca de práticas filantrópicas evidenciadas nas Demonstrações Financeiras, Relatório Integrado, Relatório de Sustentabilidade e/ou Relatório de Impacto Social de empresas listada na B3, através da identificação do nível de divulgação obtida através da codificação de informações relacionadas à filantropia em tais instrumentos de divulgação contábil, estabelecerá a *proxy* “filantropia” que será confrontada com a ETR total e corrente, adotada como *proxy* para mensurar o nível de *tax avoidance* de tais empresas, a fim de identificar se há relação significativa entre *tax avoidance* e filantropia, além de verificar se há uma relação diretamente proporcional entre nível de informação filantrópica divulgada e o nível de *tax avoidance* praticado. O estudo não descartou a hipótese de associação entre a divulgação de ações filantrópicas e práticas de *tax avoidance*, bem como identificou indícios de uma relação proporcional entre os dois construtos, ou seja, quanto maior o nível de divulgação filantrópica, maiores níveis de *tax avoidance*.

Palavras-chave: *Tax Avoidance*; Filantropia; Taxa Efetiva de Tributos sobre o Lucro; Reputação Corporativa.

ABSTRACT

The post-pandemic situation and the emerging international conflicts framework, which impacted global economies and intensified inequalities. This scenario encourages philanthropic actions as a compensating means to the States' absence of property and services, which are subject to greater pressure for spending, while private entities seek mechanisms to maintain profitability, with tax avoidance being a possible strategy to be adopted to achieve this end. In this scenario, the choices about how information is disclosed has proven to be relevant to projecting a trust and solidity image, which maybe is why companies have disclosed information in their accounting reports that goes beyond what must be presented due to regulatory requirements. Thus, considering that entities would not invest in producing information without this resulting in some company benefit, in addition to the fact that the look for reducing tax burden has reputational impacts, this study aims to investigate the philanthropic practices influence level in brazilian's enterprises listed in the 2024 ISE (Corporate Sustainability Index) of B3. For this purpose, will be used an documental analysis at disclosed philanthropic information in the Financial Statements, Integrated Report, Sustainability Report and/or Social Impact Report of companies listed on B3, through this disclosure of philanthropic information is measured by the level of identifying disclosure obtained through the coding of these accounting disclosure reports, will be established the proxy "philanthropy" that will be confronted by GAAP and current ETR, established as tax avoidance measurement proxy, seeking to identify if there is a significant relationship between tax avoidance and philanthropy, in addition to investigate if there is an the directly proportional relationship between philanthropy disclosure information level and tax avoidance practice level. The study did not rule out the hypothesis of an association between the disclosure of philanthropic actions and tax avoidance practices., and it also identified evidence of a relationship between these two constructs, that is, the higher the level of philanthropic disclosure, the higher the rates of tax avoidance.

Keywords: Tax Avoidance; Philanthropy; Effective Tax Rate on Profit; Corporate Reputation.

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Na atualidade, a maior parte da sociedade vive em um contexto de abundância de informações, tornando incomum a falta de acesso a elas. Pelo contrário, é de conhecimento notório que, diariamente, inúmeras pessoas são bombardeadas com informações, seja por veículos tradicionais de notícias (como rádio, televisão e jornais), seja por outros meios de informação, como o compartilhamento em aplicativos de mensagens, *blogs* não profissionais, entre outros.

Assim, o acesso à informação deixou de ser um problema chave, sendo substituído pela relevância do que é informado. Não por acaso, observa-se uma crescente preocupação com a veracidade e a confiabilidade das informações divulgadas, assim como com a oferta de conteúdos que atendam aos anseios e necessidades do receptor. O intuito é atrair seu interesse a ponto de estimulá-lo a continuar consumindo essas informações, bens ou serviços, além de disseminar tais conteúdos.

Nesse sentido, informações prestadas com um bom nível de detalhamento são capazes de proporcionar meios que permitam ao receptor mais crítico identificar a veracidade do que está sendo analisado, a intenção que tal informação visa atingir, bem como inferir prováveis estratégias. É evidente que a informação, nos dias atuais, tem um impacto maior, uma vez que a forma como é apresentada pode conduzir seu receptor a uma percepção capaz de influenciar sua tomada de decisão.

A contabilidade, por sua vez, por se tratar de uma ciência cujo principal objetivo está relacionado à prestação de informações úteis aos seus mais diversos usuários (*stakeholders*), torna-se um instrumento de grande valia para a transmissão de informações não apenas a órgãos reguladores e fiscalizadores, como também a investidores, acionistas, consumidores, entre outros (Monteiro *et al.*, 2021).

Nesse contexto, diversas corporações têm percebido o poder de influência que as informações exercem sobre os investidores e demais interessados (*stakeholders*), razão pela qual adotam estratégias para que os dados divulgados atendam a determinados propósitos. Caso contrário, por que investiriam em divulgação de informações não obrigatórias, como é o caso dos Relatórios de Sustentabilidade?

Atualmente, ciente do poder contido nas informações, e sabendo que a contabilidade, enquanto ciência social aplicada, tem por objetivo fundamental não apenas o mero registro de fatos, mas também a elaboração de informações úteis que contribuem para a tomada de decisão de usuários, sejam eles internos ou externos, as organizações têm adotado estratégias informacionais mais estruturadas. (Hendriksen; Van Breda, 1999; Iudícibus, 2012), torna-se oportuno investigar razões pelas quais empresas são estimuladas a divulgar determinadas informações.

Assim, é possível considerar que a contabilidade é um instrumento utilizado para viabilizar a prestação estratégica de informações, tanto para que as empresas divulguem dados que julguem relevantes para agregar valor (Beaver, 1968), quanto para mitigar decisões que podem ser mal interpretadas pelo mercado (Healy; Palepu, 2001).

Por essa razão, ciente de que a contabilidade é um mecanismo de mediação entre as práticas empresariais e os interesses sociais, contribuindo para a promoção da transparência e redução das assimetrias informacionais, observa-se que há lacunas no que cerne as motivações para que entidades empresariais divulguem práticas filantrópicas.

Unindo-se a esse fato, é consensual que para o mundo corporativo, os gastos tributários são uma das maiores preocupações, ampliando a probabilidade de haver uma relação uma interligação estratégica entre a divulgação de tais informações filantrópicas e escolhas de ordem tributária, tornando relevante, uma investigação empírica a fim de identificar se tal possibilidade encontra amparo empírico.

Tendo em vista que a filantropia tem sido percebida como uma prática crescente, principalmente em contextos sociais de maior precariedade e desigualdade econômica, é oportuno considerar que, de acordo com o Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH) (2023/2024), pela primeira vez houve um recuo na superação da desigualdade social, quando comparados aos países que estão no topo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) com países com o IDH deficitário (Organização das Nações Unidas, 2024).

Tal realidade reflete uma maior disparidade global em termos de acesso a bens e serviços relacionados à saúde, educação e qualidade de vida, o que impacta negativamente a dignidade humana e afeta a sociedade como um todo. Essa situação abre margem para o surgimento de atividades filantrópicas, que atuam tanto como

forma de compensar ausências do Estado quanto de posicionar positivamente personalidades ou corporações perante o mercado.

Em contextos de adversidade econômica (como o pós-período pandêmico ou em situações de conflitos armados), também é possível observar que as empresas buscam mecanismos para reduzir margens de tributação, utilizando meios lícitos, como gestão tributária dentro dos moldes legais, sem enfraquecimento reputacional e ilícitos, como destinação de ativos a paraísos fiscais e postergação do pagamento de tributos, o que pode afetar a reputação empresarial, a fim de compensar perdas e manter preços, ocasionando fuga fiscal de ativos (Organização das Nações Unidas, 2024; Guerra, 2024).

Tais fugas fiscais resultam em perdas de arrecadação, afetando estratégias e a execução de políticas públicas e agravando o cenário de desigualdades, no qual não apenas a população, mas também as entidades empresariais são negativamente impactadas. Essa situação se agrava quando não há contrapartida à perda de receita fiscal, pois, se uma grande parcela da coletividade não possui meios suficientes para consumir, haverá menor arrecadação, o que resultará em menos recursos para a oferta de bens e serviços públicos, apesar de haver uma maior demanda por gastos (Oechslin; Rodriguez, 2021).

Assim, a redução da carga tributária, além de contribuir para minimizar os gastos empresariais totais (Desai; Dharmapala, 2009; Hanlon; Heitzman, 2010), também pode impactar a arrecadação (Oechslin; Rodriguez, 2021). À medida que a população toma consciência desse fato, a fuga tributária pode influenciar positiva ou negativamente a reputação empresarial, dependendo se é realizada dentro ou fora dos parâmetros legais (Guerra, 2024).

Por essa razão, estudos associados ao comportamento tributário de entidades cooperativas têm se mostrado relevantes, uma vez que extrapolam o interesse acadêmico e atendem a necessidades reais: despertam o interesse de gestores empresariais e investidores, pois tais práticas podem resultar na redução de tributos e, conseqüentemente, impactar positivamente a lucratividade. Além disso, são igualmente úteis para órgãos reguladores, ao oferecerem *insights* sobre estratégias de fiscalização ou medidas de compensação que contribuam para a manutenção da arrecadação (Slemrod, 2004; Beer; Mooij; Liu, 2020).

Esses e outros aspectos enfatizam a relevância de se analisar meios pelos quais práticas de redução tributária, como a *tax avoidance*, possam beneficiar tanto

empresas quanto entes públicos, sem que isso acarrete prejuízos à sociedade. Destaca-se, nesse contexto, a importância de reconhecer os aspectos lícitos e positivos presentes nessa prática, viabilizando que as empresas contribuam de forma direta para a sociedade e cumpram a função social da propriedade.

Nesse contexto, algumas empresas, cientes da responsabilidade social que lhes é atribuída, têm destinado parte de seus ganhos ao desenvolvimento de práticas filantrópicas, já que, por meio de tais práticas, além de contribuírem para a melhoria das condições de bem-estar social de sua localidade, otimizam sua imagem, fortalecem sua reputação e, conseqüentemente, valorizam e consolidam sua presença perante o mercado (Iatridis, 2015).

No entanto, é necessário ter uma percepção crítica acerca do uso da filantropia, já que essa também pode ser utilizada como um mecanismo de *soft power*, no qual, além de ser empregada como forma de compensação da *tax avoidance*, pode ser usada como meio de influenciar decisões da Administração Pública, correspondendo, assim, ao chamado “filantrocapitalismo” (Nye, 2004; Bishop; Green, 2010; Giacomini; Jones, 2021).

Sob essa perspectiva, é possível perceber que a filantropia, quando utilizada de forma estratégica, é capaz de gerar impactos na esfera fiscal (contribuindo para reduzir lícitamente a carga tributária), bem como favorecer a implementação de ações sociais capazes de contribuir de forma significativa para o valor dessas entidades, promovendo a construção de uma imagem de empresa socialmente responsável e positiva perante a coletividade (Fadlalah; Martinez; Nossa, 2012; Zhao, 2024; Williamson; Luke, 2025).

Além disso, o estudo de Johnson (2018) considerou que a filantropia contemporânea se caracteriza por abordagens inovadoras, em que indivíduos e organizações têm aplicado recursos de forma estratégica, ou seja, conferindo um caráter mais sofisticado às doações e maximizando o impacto social de seus investimentos.

Segundo o *Global Philanthropy Report: Perspectives on the Global Foundation Sector* (Johnson, 2018), a maior parte das instituições direcionadas à filantropia teve suas atividades iniciadas durante os anos 1990, com seu ápice no início dos anos 2000, estando na América Latina a maior concentração de fundações corporativas. Nessa região, a filantropia corporativa correspondeu a quase 50% da amostra, ou seja, superando numericamente outras entidades filantrópicas, tais como as

fundações independentes, que se destinam especificamente às práticas filantrópicas, além das doações religiosas, familiares, governamentais e comunitárias.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Em relação à filantropia mundial, o estudo realizado por Johnson (2018) constatou que a América Latina concentrava o maior número proporcional de iniciativas oriundas de entidades corporativas voltadas ao financiamento de práticas filantrópicas. Nesse cenário, o Brasil e a Colômbia se destacam numericamente, por exemplo, na prevalência de fundações corporativas¹.

Nesse sentido, o Brasil é um dos países com maior número relativo de empresas engajadas em práticas filantrópicas, o que torna pertinente sua adoção como recorte geográfico relevante para a análise do comportamento filantrópico de corporações, a fim de verificar se há relação com à *tax avoidance*.

Ao considerar a improbabilidade de que corporações realizem gastos com a produção de informações voluntárias sem obterem algum tipo de benefício, especialmente diante dos custos envolvidos, e tendo em vista que uma das maiores despesas empresariais está relacionada a encargos fiscais, é possível identificar uma possível relação entre os construtos “filantropia” e *tax avoidance*.

Com base nos resultados obtidos no levantamento realizado por Johnson (2018), e considerando o contexto socioeconômico da América Latina, bem como estudos relacionados à *tax avoidance* e à Responsabilidade Social Corporativa (RSC), identificam-se indícios de que a filantropia pode ser empregada como uma estratégia contemporânea voltada à geração de benefícios múltiplos, sejam eles de ordem tributária ou reputacional, o que desperta o interesse em compreender, de forma empírica, se há motivação fiscal por trás da filantropia corporativa.

A pesquisa em escala global realizada por Johnson (2018), evidencia a relevância de investigar a possível relação entre os temas “filantropia” e “*tax avoidance*” no contexto latino-americano. Por meio dela, é possível observar o perfil do investimento filantrópico predominante em cada recorte continental, no qual os investimentos filantrópicos provenientes de corporações representados foram

¹ sendo assim classificadas as fundações cuja principal fonte de financiamento são empresas com fins lucrativos.

prevalentes na América Latina, enquanto nos demais continentes, a prevalência encontrava-se em fundações filantrópicas financiadas de forma independente.

Além disso, alguns estudos que analisaram a relação entre *tax avoidance* e práticas de RSC evidenciaram que empresas com maior nível de responsabilidade social são mais comprometidas com o cumprimento das normas, razão pela qual apresentariam um menor índice de *tax avoidance* (Muller; Kolk, 2015; Melo *et al.*, 2020). Análises direcionadas especificamente à prática filantrópica, por sua vez, identificaram que tais ações têm sido adotadas como estratégia, visando ao aumento dos resultados econômicos no longo prazo (Porter; Kramer, 2002).

Nesse sentido, esta pesquisa fundamenta-se na teoria das escolhas contábeis, que expõe que decisões de caráter discricionário derivam de motivações estratégicas ou econômicas, constituindo, assim, a base teórica central para nortear o presente estudo (Watts; Zimmerman, 1978; Holthausen; Leftwich, 1983; Watts; Zimmerman, 1986).

Além disso, as teorias institucional, de sinalização e de legitimidade oferecem um arcabouço teórico complementar que sustenta a ideia de uma possível relação entre esses dois construtos. Elas são utilizadas como teorias auxiliares, pois permitem alcançar uma compreensão mais ampla dos fatores que influenciam tais escolhas.

Nesse contexto, o presente estudo mostra-se relevante ao investigar e explorar como a filantropia pode afetar a tributação de empresas no contexto brasileiro, buscando identificar se tais práticas beneficiam não apenas os destinatários das ações filantrópicas, mas também se as entidades doadoras podem se beneficiar, utilizando essas condutas para reduzir sua carga tributária.

Assim, diante do contexto temático e da problemática exposta, buscou-se responder à seguinte questão de pesquisa: **Qual a influência das práticas filantrópicas na *tax avoidance* das empresas brasileiras listadas no índice ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial) 2024 da B3?**

1.3 DELIMITAÇÃO DO TEMA E OBJETIVOS DA PESQUISA

Dado o interesse em analisar os efeitos tributários, mais especificamente a *tax avoidance* de corporações privadas que destinam recursos financeiros para viabilizar ações filantrópicas, sejam tais ações conduzidas diretamente pelas empresas ou por meio de fundações criadas ou financiadas por essas corporações, analisou-se as 76

empresas que faziam parte do índice ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial) da B3 no ano de 2024, o qual é composto por empresas de variados segmentos econômicos.

Para tanto, esta pesquisa mapeou as divulgações de responsabilidade social das 76 empresas no índice ISE B3 2024. Utilizou-se de relatórios onde havia maior probabilidade de haver divulgação de práticas sociais, as quais são associadas à filantropia, mais especificamente nas Demonstrações Financeiras, Relatórios Integrados, Relatórios de Sustentabilidade e Relatórios Anuais, referentes ao período compreendido entre 2010 e 2024.

O período escolhido para análise compreende-se nos anos de 2010 a 2024. O marco inicial foi estabelecido como 2010 em razão do início da obrigatoriedade da adequação dos relatórios dentro dos padrões internacionais de divulgação contábil, enquanto que, o período final para os dados foi estabelecido como 2024, em razão desta ser a competência em que todas as empresas teriam feito sua divulgação anual mais recente no período de elaboração da presente pesquisa acadêmica.

Nesta pesquisa, optou-se por analisar empresas listadas em recorte da bolsa de valores brasileira, uma vez que tais empresas disponibilizam seus dados financeiros ao público em geral. Além disso, por vezes, não se restringem a divulgar apenas informações para atender às obrigações normativas, mas também, por motivações diversas, compartilham dados e informações de caráter não obrigatório (*disclosure* voluntário) sobre suas atividades (Healy; Palepu, 2001).

Assim, através do índice ISE foi possível analisar variados setores da economia brasileira contemplados pela B3, visando ter uma multiplicidade de dados capazes de proporcionar uma análise abrangente acerca da relação entre a divulgação filantrópica e estratégia tributária de entidades brasileiras.

Destaca-se que foram utilizadas técnicas para homogeneizar os dados, evitando grandes distorções em razão da presença de *outliers*. Permitindo uma compreensão mais ampla acerca do tema e contribuindo para permitir sua replicação em diferentes cenários no contexto internacional.

Por meio desse levantamento, buscou investigar se haveria um nível significativo de influência das práticas filantrópicas na *tax avoidance* de empresas brasileiras listadas no índice ISE 2024 da B3, a fim de identificar se é possível que a filantropia seja utilizada como um mecanismo para a redução tributária, tornando sua

adoção e divulgação uma opção estratégica, passível de aplicação, por exemplo, em planejamentos tributários.

Além disso, estudar tais construtos no contexto brasileiro mostra-se relevante por ser um dos países que apresenta o maior número de corporações engajadas na implementação de práticas filantrópicas (Johnson, 2018). Isso indica que analisar o comportamento das entidades nessa região poderá oferecer maior potencial de gerar resultados compatíveis com a realidade corporativa, inclusive em contextos transnacionais.

Assim, com o intuito de responder à pergunta de pesquisa exposta no tópico anterior, o presente estudo tem como **objetivo geral**: investigar o nível de influência das práticas filantrópicas na *tax avoidance* de empresas brasileiras listadas no índice ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial) 2024 da B3. Com o intuito de alcançar tal objetivo, estabelecem-se os seguintes **objetivos específicos**: a) identificar empresas listadas no ano de 2024 no Índice ISE da Bolsa de Valores brasileira que divulguem práticas filantrópicas; b) investigar os níveis de *tax avoidance* e de informações filantrópicas divulgadas pelas empresas selecionadas; c) examinar se há influência relevante da divulgação de práticas filantrópicas na *tax avoidance* das empresas listadas em 2024 no índice ISE da Bolsa de Valores brasileira.

1.4 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DO TEMA

Conforme apresentado no tópico “Contextualização do tema”, a “*tax avoidance*” trata-se de uma prática capaz de impactar diversas dimensões corporativas, desde sua *performance* financeira, ao minimizar gastos tributários, contribuindo para aumentar o valor perante o mercado (Desai; Dharmapala, 2009), até a reputação empresarial, uma vez que estratégias fiscais também podem afetá-la (Lanis; Richardson, 2012; Iatridis, 2015; Guerra, 2024).

Apesar da relevância do tema, ao realizar uma busca por publicações científicas que relacionassem *tax avoidance* e filantropia, observou-se que há poucos estudos sobre o assunto e que os existentes não estabelecem uma relação direta entre esses dois construtos, evidenciando, portanto, um espaço temático ainda a ser explorado no campo da *tax avoidance*.

Um exemplo de tal escassez foi constatada por meio de pesquisa desenvolvida através da plataforma *Scopus* (Elsevier, 2025), realizada em maio de 2025, utilizando

as palavras-chave “*tax avoidance*” e “*philanthropy*”, identificando através de tal fato uma oportunidade para o desenvolvimento de novas investigações.

Além disso, outra busca realizada, desta vez utilizando a palavra-chave “*philanthropy*” na ferramenta *Analyze Results*, disponível na base de dados Scopus (Elsevier, 2025), identificou-se que, em maio de 2025, os estudos relacionados às práticas filantrópicas vêm crescendo desde a década de 1980, com um pico de publicações em 2023, o que demonstra que a temática segue relevante na atualidade.

Dentre as publicações sobre filantropia, os Estados Unidos da América (EUA), destacam-se como o país com o maior número de publicações acerca do tema, totalizando 3.436 *papers*, enquanto o Brasil, apesar de seu destaque na filantropia corporativa² (Johnson, 2018), contava, até maio de 2025, com apenas 113 *papers* disponíveis (Elsevier, 2025).

A partir de tais resultados, é possível constatar a necessidade do desenvolvimento de pesquisas em âmbito nacional, tendo em vista possíveis lacunas, além de que também é possível deduzir que há interesse internacional em estudos relacionados à filantropia.

No cenário brasileiro, o tema da filantropia possivelmente ainda é pouco explorado, em razão da ausência de bancos de dados que unifiquem e padronizem informações sobre o assunto, bem como pela própria cultura brasileira, ainda marcada pela não divulgação de atos filantrópicos. Segundo a Pesquisa Doação Brasil (2022), três quartos da população acreditam que as doações devem ser realizadas sem divulgação (Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social, 2022).

Destaca-se também que, dentre as áreas em que as pesquisas sobre filantropia se concentram, a de *Business, Management and Accounting*, uma das áreas de concentração da pesquisa contábil, sobressai em número de publicações, sendo superada apenas por artigos da área de *Social Sciences*. Isso indica que o estudo da filantropia é considerado relevante para o campo contábil.

Por meio do gráfico de setores extraído da ferramenta “*Analyze results*”, resultante da busca com a palavra-chave “*philanthropy*”, sem a aplicação de qualquer

² Conforme resultados de estudos desenvolvidos pela Harvard Kennedy School, com o apoio do UBS (um dos maiores bancos de gestão de patrimônio do mundo, com sede na Suíça global que presta serviços financeiros a pessoa físicas, empresas e instituições), através do qual buscou-se desenvolver uma base de conhecimento sobre a prática filantrópica e identificou o Brasil como um dos países que, proporcionalmente, apresenta um maior investimento corporativo em práticas filantrópicas, sendo superado apenas pela Colômbia, em um comparativo de escala global.

outro filtro, observou-se que as áreas de *Business, Management and Accounting*” e *“Economics, Econometrics and Finance*, nas quais se concentram as publicações de interesse contábil, correspondem ao campo de maior concentração de pesquisas relacionadas à filantropia, o que indica a relevância da temática para tais campos de estudo.

Acrescenta-se, ainda, que a responsabilidade social é um dos aspectos que devem ser observados por todas as entidades, já que a atividade empresarial não deve se limitar à persecução do lucro, mas também atender a uma finalidade social, conforme preconiza o artigo 170 da atual Constituição Federal brasileira (CF/88). Tal constatação evidencia a necessidade de estudos que contribuam para o avanço das corporações em práticas voltadas ao cumprimento da função social (Brasil, 1988).

Ressalta-se, também, que tal imperativo legal é baseado no princípio da função social da propriedade, aplicável às empresas, o qual estabelece que o direito de propriedade não é absoluto. Assim, esse direito deve atender ao interesse coletivo e ao bem-estar social, ou seja, os benefícios oriundos da propriedade privada devem extrapolar o interesse individual da busca pelo lucro (Kauche; Lima, 2023; Ártico, 2024).

Sendo assim, as práticas de filantropia são compatíveis com o cumprimento do princípio constitucional da função social da propriedade, uma vez que, por meio delas, as entidades contribuem para a sociedade. Essas ações também podem ser utilizadas como forma de legitimação perante a coletividade, favorecendo para a manutenção de suas atividades econômicas de forma sólida (Yang, 2022).

Ao considerar que a prática da filantropia contribui para uma melhor imagem reputacional da entidade e que pode resultar em benefícios fiscais, como ocorre, por exemplo, com empresas doadoras ao Pronac (Lei nº 8.313/1991), torna-se evidente a relevância de identificar se a divulgação voluntária possui alguma relação significativa com a *tax avoidance*.

Nesse contexto, a presente pesquisa visa contribuir para a identificação da existência de relação entre a divulgação de práticas filantrópicas e a *tax avoidance*, expondo a filantropia como um possível mecanismo estratégico utilizado por empresas. Isso reforça não apenas perspectivas ligadas à responsabilidade social por trás de tais práticas, mas também evidencia a filantropia como um elemento que pode contribuir para a redução da carga tributária corporativa.

Dessa forma, buscou-se aprofundar o debate acerca da *tax avoidance*, analisando sua relação com uma variável ainda pouco explorada: a filantropia. Assim, desenvolveu análise a fim de verificar se a divulgação de práticas filantrópicas podem favorecer ou sinalizar tendências relacionadas à *tax avoidance*, possibilitando a identificação de novas estratégias passíveis de adoção pelas empresas.

Além disso, a presente investigação acadêmica mostra-se relevante para investidores, ao apresentar outros aspectos a serem considerados na avaliação de divulgações que possam indicar tendências de comportamento tributário. Isso pode favorecer a análise das entidades, seja pela influência da *tax avoidance* no fluxo de caixa, seja por seu impacto nas percepções de risco (Desai; Dharmapala, 2009), além de viabilizar projeções tributárias e a avaliação da sustentabilidade de estratégias fiscais (Hanlon; Heitzman, 2010).

Nesse sentido, ao se compreender que os estudos sobre a influência da filantropia corporativa ainda são incipientes, verifica-se uma lacuna na área de contabilidade e finanças, tanto em nível nacional quanto internacional. Esta pesquisa busca aprofundar a compreensão da literatura ao integrar discussões sobre filantropia e *tax avoidance*, ampliando o entendimento sobre o papel estratégico das doações realizadas por empresas privadas.

Desse modo, houve a pretensão de fortalecer a área do conhecimento contábil, estimulando insights capazes de auxiliar as empresas na tomada de decisões estratégicas que as beneficiem não apenas no âmbito da responsabilidade social, mas também na formulação de políticas públicas que fomentem boas práticas corporativas. Nessa perspectiva, o estudo busca incentivar uma análise crítica e empírica, por parte de investidores e demais interessados, sobre os efeitos que as práticas filantrópicas podem gerar nas corporações que as adotam, auxiliando-os em suas decisões, de acordo com seu perfil de investimento.

Assim, esta pesquisa visa contribuir para que as empresas compreendam que os gastos com filantropia podem representar uma estratégia lícita de redução da carga tributária, ao passo que, para o Estado, o estudo pode auxiliar nas atividades de fiscalização, considerando que tais práticas também podem ser utilizadas para fins de evasão fiscal.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 FILANTROPIA EMPRESARIAL

Ao se desenvolver uma análise lexical da palavra “filantropia”, observa-se que, comumente, ela é associada à ideia de generosidade, bondade, amor ou dedicação ao ser humano, bem como à prática ou ação de contribuir de forma financeira, material ou moral em benefício de outrem (Houaiss; Villar, 2001; Aulete Digital, 2014).

Assim, identifica-se que a concepção acerca das práticas de filantropia está relacionada ao desprendimento de recursos financeiros ou de tempo (visto que não se restringe apenas ao financiamento de algo, englobando também ações e serviços), com o objetivo de proporcionar algum benefício a terceiros.

Desse modo, a percepção sobre práticas filantrópicas não é uniforme, uma vez que envolve conceitos subjetivos, como “bondade” e “moral”, que variam de acordo com os aspectos culturais e éticos de quem as pratica e de quem as observa. Por esse motivo, a filantropia é percebida como um tema complexo, cujas interpretações podem variar globalmente (Von Schnurbein *et al.*, 2021; Wiepking, 2021).

No contexto organizacional, a filantropia está associada a uma das formas de manifestação da RSC, visto que pode ser considerada um elemento por meio do qual as entidades manifestam seu propósito social de forma estratégica (Campopiano; Massis; Chirico, 2014; Wang; Tang; Huang, 2025; Williamson; Luke, 2025).

Destaca-se que as práticas filantrópicas também têm origem em tradições familiares, culturais e religiosas, que reforçam a ideia de responsabilidade social e o compromisso com a contribuição à sociedade (Giacomin; Jones, 2021).

Além disso, pesquisas sobre o tema têm evidenciado uma relação entre as práticas de filantropia e cenários de disparidade socioeconômica, reforçando o caráter ambíguo de como essas ações são percebidas por diferentes grupos sociais (Von Schnurbein *et al.*, 2021; Giacomin; Jones, 2021).

Em contextos sociais marcados por uma maior disparidade de renda, a filantropia é frequentemente vista como uma forma de preencher “vazios institucionais”, suprimindo lacunas de bens e serviços não atendidos pelo Estado (Giacomin; Jones, 2021). Também sofre influência de aspectos culturais, como a presença de uma percepção mais coletiva. Em sociedades individualistas, há menor propensão a atos caritativos, devido à crença de que cada indivíduo é responsável por

si mesmo, reduzindo a percepção de dever em contribuir com terceiros (Cai *et al.*, 2022).

A prática filantrópica também pode ser percebida como um indicador social de prosperidade e confiabilidade. Os estudos de Agarwal, Lu e Ray (2021) evidenciaram que, quando fundos de *hedge* com maior fluxo de capital realizam mais doações, essas práticas podem ser interpretadas como um sinal de riqueza e, portanto, de generosidade, transmitindo uma imagem de confiabilidade.

Tal percepção foi reforçada pelos estudos de Cai *et al.* (2022), cuja investigação sugeriu que, em estruturas individualistas, a prática da caridade funciona como uma forma socialmente aceita de demonstrar êxito na acumulação de riqueza. Ou seja, atos filantrópicos seriam percebidos como sinal de prosperidade, minimizando críticas por se tratar de uma forma legitimada de “ostentação”.

Wang, Tang e Huang (2025) obtiveram resultados semelhantes no contexto chinês, ao constatarem que ações sociais são percebidas como uma forma de comprovar o sucesso de empresas familiares, especialmente o seu êxito financeiro.

Williamson e Luke (2025) também evidenciaram resultados similares em um estudo conduzido na Austrália. Segundo os autores, o sucesso financeiro é um fator determinante para que haja desprendimento de recursos direcionado à prática filantrópica, sendo a criação de fundações privadas, por exemplo, um possível indicador de riqueza e prosperidade.

No entanto, essa percepção de prosperidade nem sempre corresponde à realidade. Marquis e Tilcsik (2016) demonstraram, em seus estudos, que empresas com desempenho inferior tendem a imitar o comportamento de organizações mais bem-sucedidas, incluindo a adoção de práticas filantrópicas. Destacaram, ainda, que empresas com desempenho superior são menos propensas a replicar comportamentos de seus pares com menor relevância.

De modo semelhante, os estudos de Agarwal, Lu e Ray (2021) identificaram que gestores de fundos com menor fluxo de capital e desempenho inferior destinam um volume maior de recursos a ações filantrópicas do que aqueles com maior liquidez. Tal prática sugeriria que esses gestores estariam utilizando as doações de forma estratégica, a fim de atrair fluxos mais elevados de liquidez ou melhorar seus índices de desempenho.

A partir da análise dos dois estudos mencionados, percebe-se que, por ser geralmente vista de forma positiva pela sociedade, a prática filantrópica pode ser

utilizada com finalidades que vão além do altruísmo dos gestores. Ela pode beneficiar a imagem institucional das corporações quando adotada de maneira estratégica.

Nesse sentido, é possível que as entidades também utilizem a filantropia para obtenção de benefícios fiscais, bem como para organizar seus ativos de forma a reduzir a carga tributária, gerando economia fiscal e, ao mesmo tempo, melhorando sua reputação junto à sociedade.

2.2 TAX AVOIDANCE E FILANTROPIA EMPRESARIAL

Tax avoidance trata-se de uma estratégia amplamente discutida na literatura internacional, mas que ainda não possui um conceito único definido, assim como não possui uma expressão correspondente em língua portuguesa, razão pela qual se utiliza o seu termo em inglês. De forma geral, a *tax avoidance* refere-se a um *continuum* de ações e estratégias adotadas por empresas com o objetivo de reduzir a carga tributária total, seja por meio da evasão, postergação ou redução do pagamento de tributos explícitos (Desai; Dharmapala, 2006; Hanlon; Heitzman, 2010; Kim; Zhang, 2011; Armstrong *et al.*, 2015; Abdelfattah; Aboud, 2020; Santos *et al.*, 2021).

Ao contextualizar para a realidade tributária brasileira, tais estratégias correspondem a técnicas de planejamento tributário e não se restringem apenas à redução de impostos no *stricto sensu*, como algumas traduções podem induzir a entender, mas contemplam também outras espécies tributárias, tais como as contribuições sociais.

Nesse sentido, a *tax avoidance* pode ser compreendido como a adoção de práticas que visem minimizar a obrigação tributária total da entidade, estejam tais ações em conformidade ou não com a legislação tributária, incluindo a exploração de brechas normativas (“zonas cinzentas”) para reduzir a carga tributária total da empresa (Hanlon; Heitzman, 2010; Kim; Zhang, 2011; Santos *et al.*, 2021).

Para Long *et al.* (2024), a *tax avoidance* é apresentado como um resultado matemático, sendo a diferença entre a alíquota de tributação aplicável (*Aliquot Tax Rate* – ATR) e a alíquota de tributação efetiva (*Effective Tax Rate* – ETR), destacando-se que, quanto maior for o valor dessa diferença, maior tende a ser o nível de *tax avoidance* praticado pela empresa.

No que se refere à mensuração da *tax avoidance*, diversos estudos apontam que características, como o tamanho da empresa, estrutura de propriedade,

governança corporativa, incentivos fiscais, conexões políticas, *expertise* dos auditores, entre outros fatores, são capazes de influenciar o seu nível (Zimmerman, 1983; Hanlon; Heitzman, 2010; Santos *et al.*, 2021; Long *et al.*, 2024; Fang *et al.*, 2025).

Apesar de não se relacionar diretamente à *tax avoidance*, o estudo de Baker e Dawson (2020), desenvolvido na Inglaterra, identificou uma relação em forma de “U invertido” entre o valor das doações e a carga tributária aplicada. Ou seja, quanto maior era a alíquota dedutível para doações corporativas, menor era o custo líquido dessa doação para a empresa.

A partir dos resultados obtidos, as empresas inglesas podem ser estimuladas ou desestimuladas à realização de práticas filantrópicas em razão dos benefícios tributários que podem obter com tais ações, indicando, assim, a possibilidade de uma relação entre filantropia e *tax avoidance* (Baker; Dawson, 2020).

No contexto asiático, Zhao (2024) identificou uma relação entre o engajamento em práticas filantrópicas e a intenção de “acobertar” comportamentos de agressividade fiscal em cenários de maior fiscalização. Segundo o estudo, realizado durante um período de mudanças nas regras de fiscalização tributária na China, quando a fiscalização se intensificou, empresas com maior agressividade tributária passaram a destinar mais recursos à filantropia, buscando obter capital reputacional e fortalecer conexões políticas.

Considerando que a filantropia empresarial está relacionada à RSC, pois ambas refletem o compromisso das organizações com o desenvolvimento social e o bem-estar coletivo, e que podem ser usadas estrategicamente para obter benefícios reputacionais e fiscais, alguns estudos internacionais passaram a investigar a relação entre a RSC e o comportamento tributário das empresas.

Nesse sentido, Melo *et al.* (2020), ao analisarem a relação entre RSC e agressividade fiscal em empresas de capital aberto, constataram que organizações com maior nível de RSC tendem a ser menos agressivas em termos fiscais, pois utilizam essas práticas para cumprir suas responsabilidades sociais e se legitimar perante a sociedade, tornando-se, assim, menos propensas ao uso de estratégias fiscais agressivas.

No entanto, o estudo de Binhadab (2025) no contexto inglês identificou resultados distintos dos encontrados por Melo *et al.* (2020). Nesse estudo, além de ser evidenciada uma relação empírica entre RSC e *tax avoidance*, os resultados

sugeriram que as empresas utilizam práticas de RSC como estratégia para mitigar os custos reputacionais associados a *tax avoidance*.

2.3 FILANTROPIA E LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA BRASILEIRA

Em regra, o sistema jurídico brasileiro não possibilita que doações destinadas ao atendimento de causas sociais (neste estudo nomeadas como filantropia) possam ser utilizadas para reduzir a carga tributária de corporações. Segundo Schoueri (2020) isso ocorre em razão do que prevê o art. 13 da Lei nº 9.249/1995, lei que norteia a aplicabilidade do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Tal dispositivo legal identifica o ato de doar produtos, bens e/valores como sendo uma liberalidade, ou seja, a entidade que opta por destinar recursos à projetos sociais, assim o faz por mero altruísmo, já que, em regra, a legislação tributária brasileira não confere uma contrapartida (como a redução de carga tributária) à tais destinações de valores ou produtos.

Apesar de contar com uma certa variedade de leis de incentivo à prática da filantropia corporativa e de utilizar o termo “dedução” em seu texto, as principais leis de incentivo fiscal do Brasil possibilitam na realidade um repasse dos tributos pagos pelas entidades, já que o tributo devido ao pagamento de à IRPJ e CSLL não é reduzido para as entidades, mas sim um percentual do tributo devido é destinado à um projeto que pode ser indicado pela empresa (Fadlalah *et al.*, 2012).

Tal fato pode ser constatado por meio das disposições previstas através das leis de incentivo federal mais conhecidas como a Lei Rouanet (Lei 8.313/91), que limita a destinação de até 4% da tributação em sede de IRPJ devida, assim como a Lei do Esporte (Lei nº 11.438/06), que restringia a destinação, em regra, de 1% do IRPJ, sendo possível destinar até 2% do valor devido em casos específicos, destacando que esta lei estava em vigor no período dos dados analisados, sendo revogada em razão de passar a ser considerada como política durante o período de finalização da presente pesquisa.

De igual modo também pode ser constatado através do FIA (Fundo para Infância e Adolescência) e FUMCAD (Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente), oriundos de previsão do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) conjuntamente com a lei nº 14.692/2023, bem como através da Lei do Idoso

(Lei nº 12.213/10) e a lei nº 12.715/12, que instituiu o PRONON (Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica) e o PRONAS (Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência), que também possibilitam que as entidades interessadas indiquem à qual projeto desejam destinar 1% do IRPJ pago pela corporação.

Destaca-se que as legislações anteriormente mencionadas podem ser atendidas de forma cumulativa pelas entidades que assim desejarem, ou seja, uma mesma empresa pode indicar recursos que se enquadrem em mais de uma das legislações de incentivo fiscal, sejam elas federais ou municipais, possibilitando atender variadas estratégias corporativas.

Também merece ser ressaltado que apesar das legislações anteriormente mencionadas utilizarem o termo “dedução”, na prática, os imperativos possibilitados pelas leis de incentivo anteriormente mencionadas, podem ser identificadas como tratando-se de repasse dos tributos pagos pelas corporações, já que não reduzem o valor da tributação devida, apenas possibilita que a entidade indique o projeto que desejam destinar percentual da tributação que foi paga.

Compreende-se que o termo “dedução” foi utilizado em tais casos, em razão de que o Estado abriria mão de receber diretamente do tributo devido e destinar conforme suas políticas públicas, sendo assim considerado como uma espécie de “renúncia fiscal”, já que valores tais seriam considerados recursos públicos, os quais o Estado abriu mão de utilizar segundo seus objetivos de governo, sendo essa também a razão pela qual é exigida uma prestação de contas mais rigorosa em relação a sua destinação (Fadlalah *et al.*, 2012).

Para que as entidades brasileiras possam realmente usufruir de reduções fiscais em razão de práticas sociais, estas devem atender aos critérios estabelecidos através da Lei nº 9.249/1995, mais precisamente por meio de seus art. 59 e 60, os quais possibilitam considerar como dedutíveis as doações destinadas à OSCIPs (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) ou à entidades reconhecidas como UPs (Utilidade Pública), destaca-se que houve recentemente uma alteração normativa sobre tais benefícios, no entanto ela não atingiu as empresas no período analisado, vez que a nova legislação foi aprovada em 2026 (Lei Complementar nº 224/2025).

Assim, tais doações podem ser classificadas como “despesas operacionais dedutíveis”, desse modo não integrando à base de cálculo do “Resultado antes do

Imposto de Renda e Contribuição Social”, contribuindo para reduzir o valor que a entidade doadora deveria pagar à títulos e IRPJ e CSLL, desde que tal redução não ultrapasse o limite de 2% do lucro operacional obtido pela entidade, ou seja, se a empresa estiver operando com prejuízo fiscal, os valores destinados à OSCIPS ou UPs a título de doação não poderão ser dedutíveis, por não haver lucro operacional.

Nesse contexto, é possível identificar que a legislação brasileira confere um percentual modesto para que empresas brasileiras possam reduzir a carga tributária dentro dos parâmetros legais através de doações filantrópicas.

2.4 FILANTROPIA CORPORATIVA E LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA INTERNACIONAL

Analizando estudos internacionais que tratam de práticas filantrópicas é possível identificar relações entre tais práticas e estratégias corporativas, sejam elas puramente relacionadas ao planejamento tributário, sejam utilizando de tais práticas como forma de manter uma percepção reputacional positiva, ainda que utilizando de comportamentos tributários ou não, moralmente reprováveis.

Nesse sentido, Silva e Oliven (2020) desenvolveram um estudo antropológico a fim de identificar possíveis razões que motivam os estadunidenses mais abastados à investirem em causas filantrópicas. Dentre um dos argumentos identificados, os pesquisadores ressaltam preterir destinar recursos à causas por eles eleitas, a pagar tributos para que o Estado tome por si só essa decisão, sendo a filantropia uma resposta ao que identificam como uma ineficácia estatal para tratar da pobreza.

Silva e Oliven (2020) também identificam, citando outros estudos acerca da filantropia, que a filantropia também é estimulada pela aversão das elites de terem privilégios reduzidos por meio de cobranças tributárias também seria outro elemento motivador para às práticas filantrópicas.

Também sobre uma ótica estadunidense, Carroll e Joulfain (2005), em um estudo seminal acerca da filantropia corporativa, analisou elasticidade de preço, que trata-se de uma métrica da economia que mensura as mudanças de preço do produto em relação a demanda, a fim de investigar se as doações corporativas eram mais influenciadas pela maximização de lucros ou pelos resultados que poderiam gerar para gestores e acionistas.

Ao final da pesquisa, identificaram que fatores como dedutibilidade e tributação significativamente determinantes para estratégias de doação das empresas

estadunidenses analisadas, bem como que o modelo de maximização de lucros não seria suficiente para justificar a opção corporativa por realizar doações ou não (Carrol; Joulfaian, 2005).

Em um estudo mais recente, desenvolvido na Armênia por Asatryan e Joulfaian (2022), foram identificadas evidências robustas de que a redução de carga tributária seria elemento motivador para o desenvolvimento da filantropia corporativa.

Apesar de, segundo esse estudo, a dedução do lucro tributável em decorrência da prática de doações ser limitada ao teto de 0,25% da receita bruta para as empresas englobadas pela legislação tributária armênia, os pesquisadores identificaram *bunching*, ou seja, um agrupamento das empresas destinando recursos à ações preenchendo esse limite, indicando que a maioria das empresas daquele país doaram até o limite em que poderia se beneficiar da redução tributária (Asatryan; Joulfaian, 2022).

Assim, através de tal achado, é possível perceber que as empresas dentro do contexto armênio ajustam o valor de suas doações para conseguir obter o máximo de benefício fiscal que a legislação tributária da Armênia lhe permite e caso esse não fosse o fator motivador, os valores destinados à doação não se restringiriam apenas ao limite fiscal permitido, ultrapassando assim o percentual que confere o benefício fiscal.

Lee (2020), ao comparar o engajamento de uma amostra de empresas listadas nos Estados Unidos da América (EUA) que possuem e não possuem sede em paraísos fiscais, identificou que aquelas que possuem sede em paraísos fiscais possuem nível de engajamento para prática de atividades de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) inferior ao identificado por empresas que possuem sede nos EUA.

Através desse estudo também é possível inferir que as empresas que transferem suas sedes para locais de menor carga tributária, como a de paraísos fiscais, se envolveriam menos em práticas de RSC em razão de já obterem a redução tributária vislumbrada ao investir em tais práticas.

2.5 TEORIAS APLICÁVEIS AO ESTUDO

Através da pesquisa desenvolvida por Watts e Zimmerman (1978), que elaboraram a teoria positiva das escolhas contábeis, o caráter estratégico da

informação contábil passou a ser considerado como um aspecto relacionado à motivação de empresas para divulgar informações sem uma imposição normativa.

Assim, direcionando a investigação para a perspectiva das decisões dos gestores, identificaram que certas práticas contábeis são adotadas para favorecer, por exemplo, o bem-estar desses gestores, uma vez que esse aspecto é afetado, direta ou indiretamente, pelas informações contábeis prestadas (Watts; Zimmerman, 1978).

Nesse contexto, os autores, fundamentando-se na teoria da firma, da agência e na economia dos contratos, destacam que os aspectos tributários são um dos fatores considerados nas tomadas de decisão contábil, visto que a legislação tributária é outro elemento capaz de afetar a gestão, sendo considerada uma peça relevante para a tomada de decisão (Watts; Zimmerman, 1978; Watts; Zimmerman, 1986).

Holthausen e Leftwich (1983) também identificaram que as escolhas contábeis influenciam o resultado financeiro das corporações, demonstrando que a contabilidade não é uma mera técnica, não se tratando, portanto, de uma informação totalmente neutra, podendo influenciar comportamentos econômicos.

Assim, há indícios de que as decisões contábeis tomadas pelas entidades são fundamentadas em estratégias, visando alinhar a prática contábil aos interesses organizacionais. Tal percepção encontra fundamento empírico até os dias atuais, seja associando perfis de personalidade de gestores às tendências na tomada de decisão (Buchholz; Lopatta; Maas, 2020), seja relacionando características do porte empresarial aos relatórios contábeis produzidos (Lisowsky; Minnis, 2020).

Sendo assim, ao considerar que a divulgação de informações relacionadas à filantropia é, em regra³, voluntária, é plausível que a divulgação desses dados seja resultado de uma escolha estratégica, seja para atrair a confiança de investidores e captar investimentos (Agarwal; Lu; Ray, 2021), seja como forma de assegurar a reputação e mitigar riscos (Lee, 2020).

Dessa forma, guiando-se pela Teoria das Escolhas Contábeis, o presente estudo procura analisar se há indícios suficientes que interliguem as práticas de *tax avoidance* a um maior nível de informações divulgadas acerca de práticas filantrópicas, observando que essas podem ser utilizadas estrategicamente para obter

³ Há práticas filantrópicas que a legislação brasileira exige que haja a divulgação das práticas filantrópicas, observado que representam deduções para as empresas que optam por aderir a tais práticas, como, por exemplo, as listadas na IN 1700/2017, no art. 43.

uma menor carga tributária, bem como forma para compensar um maior nível de *tax avoidance*, conforme identificado por Xu *et al.* (2022).

Ciente de que a contabilidade pode ser utilizada como um meio estratégico, através do qual gestores, por meio de suas escolhas, conduzem os interessados pela informação (*stakeholders*) a terem uma determinada percepção acerca da entidade, sendo essa seleção possível devido à assimetria informacional.

Essa influência se estabelece por meio de decisões contábeis e fiscais sobre o “o que” e “como” determinadas informações serão comunicadas ou omitidas ao mercado (Verrecchia, 2001). Tais práticas são identificadas pela chamada Teoria da Sinalização, que permite reconhecer os efeitos estratégicos das escolhas contábeis sobre a percepção do usuário externo da informação.

No estudo publicado por Spence (1973), foi identificado que, por exemplo, o nível educacional pode influenciar a percepção do empregador em relação ao trabalhador, já que, por não conhecer sua produtividade antes da contratação, o nível de escolaridade funciona como um sinal de maior produtividade, diferenciando-o dos demais.

Ross (1977), por sua vez, relacionou a teoria da sinalização à rentabilidade da entidade como um sinal de seu valor, já que, devido à assimetria informacional, empresas com maior nível de endividamento transpareciam maior valor, demonstrando maior grau de confiança em honrar seus débitos. Nesse contexto, o endividamento seria utilizado como um instrumento estratégico de sinalização para transmitir maior confiança ao mercado.

A partir desses estudos, é possível relacionar a contabilidade ao seu uso como mecanismo de direcionamento da percepção do mercado, que se ajusta a sinais observáveis. Assim, corporações podem investir na divulgação de determinadas informações por razões estratégicas, a fim de sinalizar maior valor de sua organização e otimizar sua imagem perante o mercado (Verrecchia, 2001).

Estudos recentes, com base na teoria da sinalização, indicam que é fundamental que as corporações transmitam informações sobre seu desempenho, com o objetivo de influenciar decisões de investimento. Isso porque a divulgação estratégica de dados contribui para a lucratividade e, conseqüentemente, para o crescimento da empresa (Elwisam *et al.*, 2024).

Nesse sentido, Pulino *et al.* (2022) expõem, em seu estudo, que a divulgação de informações relacionadas a ESG é vista de forma positiva pelo mercado, pois

demonstra o compromisso com a sustentabilidade e impacta positivamente o desempenho das empresas analisadas, influenciando não apenas a percepção dos investidores, mas também dos clientes, já que o compromisso refletido favorece o aumento das vendas.

Sendo assim, no contexto da presente pesquisa, a teoria da sinalização norteou a interpretação dos resultados coletados e analisados, através dos quais buscou identificar se a divulgação da prática filantrópica estava relacionada com estratégias tributárias e não apenas sendo divulgadas a fim de sinalizar o compromisso das empresas com o seu impacto social.

Observa-se que as decisões acerca das práticas contábeis não são neutras, pois elegem estratégias com o objetivo de maximizar os interesses organizacionais e que, dentre tais estratégias, as empresas buscam escolher “sinais” que transmitam informações capazes de conferir-lhes uma imagem de credibilidade perante o mercado, devido à assimetria informacional (Verrecchia, 2001).

Essa preocupação, conforme exposto anteriormente, deve-se ao fato de que, devido à assimetria informacional, o usuário externo não possui as mesmas informações que o usuário interno, sendo interesse corporativo evidenciar informações que fortaleçam sua imagem e ocultar aquelas que não lhe sejam favoráveis (Ross, 1977).

A persecução se deve ao fato de que entidades corporativas precisam obter uma determinada aceitação da sociedade para que possam ser percebidas como legítimas e, assim, continuar operando. Desse modo, as entidades devem alinhar suas práticas empresariais a determinadas expectativas sociais, sejam elas relacionadas ao cumprimento de normas legais, valores, crenças, dentre outros aspectos, cumprindo assim a noção de contrato social, caso contrário, não conseguirão manter suas operações (Suchman, 1995; Deegan, 2002).

Baseando-se nessa premissa, insere-se a teoria da legitimidade, a qual, como o próprio nome sugere, fundamenta-se na legitimidade. De acordo com Suchman (1995), a definição do que seja legitimidade é inclusiva e ampla, o que a torna difícil de delimitar, apesar de o termo ser comumente evocado.

A legitimidade pode ser compreendida como uma percepção generalizada de que determinadas ações são desejáveis, com base na forma como a sociedade percebe ou supõe o papel de uma organização. Trata-se, portanto, de uma característica subjetiva, que não pode ser adquirida de forma objetiva pela entidade.

Ou seja, a legitimidade reflete a conformidade entre as ações corporativas e as crenças de um determinado grupo social. Esse alinhamento de interesses pode ser construído intencionalmente, com o objetivo de atender às expectativas sociais e atrair apoio à corporação, ou pode ocorrer de forma espontânea, como resultado da incorporação de normas culturais, por exemplo (Suchman, 1995; Menicacci; Simoni, 2024).

Assim, as organizações buscam adquirir, manter ou reparar sua legitimidade, seja por meio de comunicação sutil, transmitindo mensagens para obtê-la de forma indireta, seja adaptando-se às expectativas externas, ou ainda diferenciando-se, destacando atributos únicos para reforçar sua legitimidade (Suchman, 1995; Deegan, 2002; Menicacci; Simoni, 2024).

Nesse contexto, a divulgação voluntária de práticas voltadas à filantropia pode ser compreendida como uma forma sutil utilizada pelas corporações para se diferenciar, além de atender às expectativas de determinado grupo, configurando uma escolha estratégica para influenciar a percepção do mercado (gerenciamento de impressão), a fim de conferir, manter ou resgatar a legitimidade da entidade que divulga tais práticas (Deegan, 2002).

Além disso, Deegan (2002) ainda destaca que, caso as práticas fiscais de uma organização tornem-se motivo de preocupação para a sociedade, a divulgação de informações sociais, como as relacionadas à filantropia, pode ser usada como estratégia para manter ou reparar sua legitimidade, influenciando, assim, a percepção do mercado.

Outro exemplo da aplicação da teoria da legitimidade sob a perspectiva tributária pode ser observado na redução da evasão fiscal, sendo tal atitude percebida como uma ação legitimadora ou uma forma de restaurar a legitimidade, conforme identificado por Menicacci e Simoni (2024). A teoria da legitimidade, portanto, é mais um arcabouço conceitual que direciona a compreensão sobre como as organizações reagem às pressões e expectativas sociais.

Além das motivações sociais que podem levar gestores a tomar decisões com o intuito de enviar sinais ao mercado, como a exposição de informações que demonstrem alinhamento entre suas ações e os valores ou crenças de determinados grupos de interesse, fortalecendo, assim, sua legitimidade perante a sociedade, os gestores também podem ser incentivados a adotar determinadas práticas contábeis não apenas para atender a interesses corporativos, mas também em resposta a

pressões de natureza social, cultural e política (Ross, 1977; Watts; Zimmerman, 1978; Deegan, 2002).

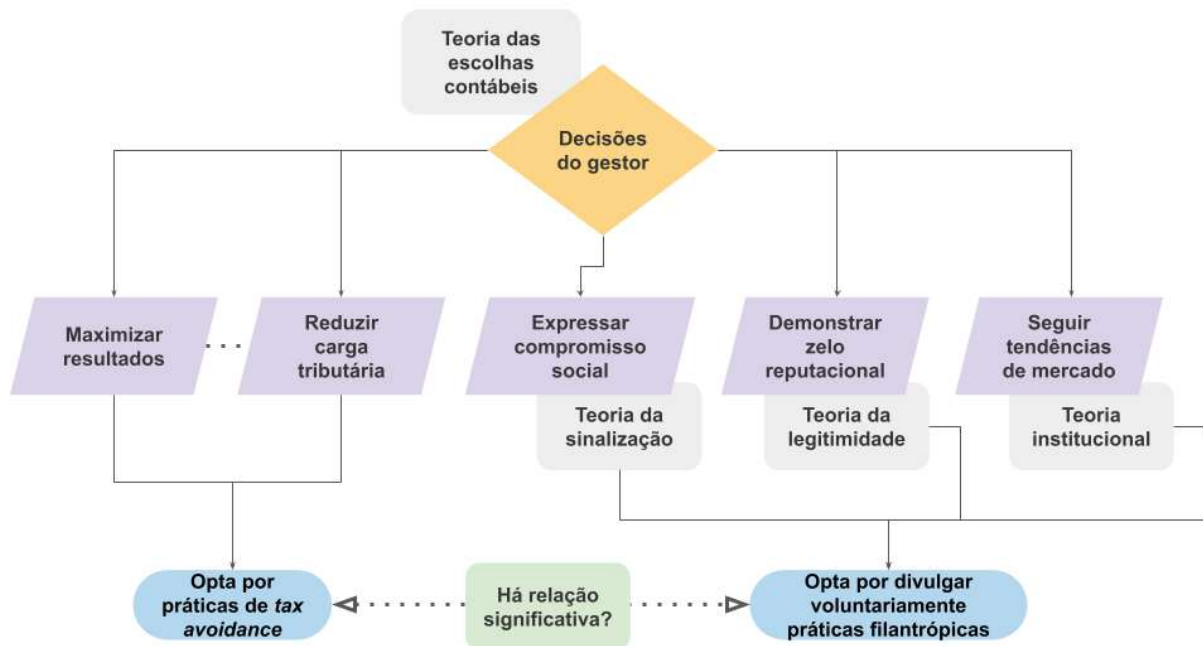
É nesse contexto que se insere a teoria institucional, uma vez que ela oferece a base teórica para compreender por que as empresas optam por divulgar ou ocultar determinadas informações, mesmo quando não se espera delas um retorno econômico. Essa perspectiva também ajuda a explicar razões pelas quais determinadas informações são mais amplamente adotadas do que outras (Rocha; Ávila, 2015; Jacometti *et al.*, 2016).

Por meio da teoria institucional, é possível compreender que a obtenção de lucro não é o único elemento avaliado na tomada de decisão (Hopper; Bui, 2016; Soares *et al.*, 2020). Por vezes, as empresas aderem a determinadas práticas de divulgação contábil que não são legalmente obrigatórias, motivadas por questões culturais ou pelo desejo de se igualar aos concorrentes. Essa adoção tende a gerar características semelhantes entre as organizações, o que pode estar relacionado ao isomorfismo corporativo, especialmente às pressões miméticas (Modell, 2003; Dillard; Rigsby; Goodman, 2004; Jacometti *et al.*, 2016).

Assim, tendo em vista que se espera identificar que determinados setores da economia apresentam certa semelhança em relação às suas práticas filantrópicas e à forma como as divulgam, bem como características relativas à *tax avoidance*, a teoria institucional oferece arcabouço teórico para compreender tal comportamento.

Para facilitar a compreensão da relação entre as teorias mencionadas e o tema, desenvolveu-se o esquema a seguir, que visa resumir e relacionar os construtos (*tax avoidance* e filantropia) à teoria norteadora do estudo (teoria das escolhas contábeis), bem como às teorias auxiliares (teoria da sinalização, teoria da legitimidade e teoria institucional):

Figura 1 - Fluxograma de interligação temática e teórica



Fonte: Elaboração própria (2025).

O fluxograma acima resume visualmente as possíveis motivações (losangos amarelos) que impulsionam as decisões de gestores (paralelogramos roxos), acompanhado das teorias abordadas as prováveis explicações para tais decisões (elipses cinzas), seguidas de possíveis ações que são resultantes de tais escolhas (elipses azuis).

Assim, a teoria das escolhas contábeis expõe que as decisões dos gestores são frequentemente baseadas em estratégias (trapézios roxos), que visam ao benefício próprio e/ou corporativo. Por essa razão, o gestor pode optar, por exemplo, por reduzir a carga tributária, buscando auferir ganhos econômicos, o que justifica a adoção de práticas de *tax avoidance* (elipse azul) e a divulgação voluntária acerca das práticas filantrópicas com forma de compensar uma possível perda reputacional decorrente da redução da carga tributária.

A percepção de que divulgar práticas filantrópicas pode mitigar essa possível perda reputacional pode ser explicada pela teoria da legitimidade, a qual indica que o gestor pode buscar estratégias para manter o zelo reputacional da organização. Por sua vez, a teoria da sinalização expõe que divulgações voluntárias podem demonstrar ao mercado o compromisso social da empresa, havendo também a possibilidade de que essa escolha seja resultado de uma tendência de mercado, conforme aponta a teoria da legitimidade.

2.6 HIPÓTESES DO ESTUDO

Diante da temática do estudo e ao utilizar como base a teoria das escolhas contábeis, pela qual as demais teorias complementam a percepção de que os comportamentos discricionários são comumente norteados por estratégias, podendo a busca pela redução da carga tributária ser uma dessas motivações, este estudo visa verificar se o nível de divulgação filantrópica pode ser considerado um fator capaz de interferir na *tax avoidance*. Assim, será investigada a veracidade da seguinte hipótese:

H1: Há uma relação estatisticamente significativa entre *tax avoidance* e filantropia.

Além disso, considerando os novos achados empíricos publicados internacionalmente, e acrescentando o fato de que a filantropia é uma modalidade específica de expressão da RSC, investigou-se a veracidade de uma segunda hipótese de pesquisa, qual seja:

H2: Quanto maior o nível de informação filantrópica divulgada pelas empresas, maior o nível de *tax avoidance*.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A fim de responder à pergunta de pesquisa proposta e diante dos objetivos estabelecidos, a presente delinea-se como exploratória e explicativa, visando não apenas identificar se há relação entre os construtos da tax avoidance e da filantropia, como também elucidar o provável nível dessa relação. Ao mesmo tempo, também teve por objetivo comprovar ou refutar as duas hipóteses de pesquisa elencadas no tópico anterior.

Para tanto, desenvolveu-se análise documental, por meio de etapa qualitativa detalhada no Apêndice A, a fim de identificar e posteriormente quantificar o nível de divulgação filantrópica na amostral correspondente às empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3) em 2024, excetuando as empresas financeiras, totalizando sessenta e quatro empresas analisadas.

A escolha por utilizar o índice ISE B3 2024 para o recorte amostral está relacionada ao fato de que este destina-se à destacar empresas que atendem às melhores práticas de sustentabilidade relacionadas às práticas ASG (Ambiental, Social e Governança Corporativa) e oportuniza analisar, de forma aprofundada a divulgação de tais práticas sociais em variados setores da economia.

Assim, investigou-se a plausibilidade das hipóteses da presente pesquisa, através de dados obtidos por meio de Demonstrações Financeiras, Relatórios Integrados, Relatórios de Sustentabilidade e/ou Relatórios Anuais, divulgados no site da CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e em seus respectivos portais de relacionamento com o investidor, com dados correspondentes ao quarto trimestre divulgado, ou seja, relatórios referentes ao resultado anual.

Utilizando o *software* Atlas TI, foram codificados trechos que continham palavras previamente elencadas, a partir das quais, subsequentemente, procedendo sua categorização como integrante do grupo “filantropia”.

A partir dessa categorização, quantificou-se o nível de divulgação por meio de frequência de palavras e presença de imagens ou outros elementos visuais de destaque à informação, atribuindo pontuação equivalente 1 a cada codificação, a fim de distinguir o comportamento fiscal de empresas com maior ou menor nível de divulgação sobre práticas filantrópicas.

Superada a etapa qualitativa necessária para estimar o nível de informações filantrópicas, desenvolveu-se a análise da *tax avoidance* das empresas selecionadas

utilizando o *Effective Tax Rate* (ETR) como *proxy* para a *tax avoidance*, sendo a ETR, portanto, a variável dependente da análise.

Embora a ETR não capture *Book-Tax Differences* (BTDs) de natureza temporária, estudos como o de Xu *et al.* (2022) indicam que diversos trabalhos utilizam a ETR devido à acessibilidade dos dados necessários, além de ser de fácil compreensão para *stakeholders*, pois utiliza informações às quais estão familiarizados e interessados.

Além disso, outros estudos recentes têm utilizado a ETR como base para mensuração da *tax avoidance*, tais como Fang *et al.* (2025), Binhadab (2025), Menicacci e Simoni (2024). Assim, será utilizada a ETR total (ETR GAAP) para mensurar o nível geral de *tax avoidance* (Dyreg; Hanlon; Maydew, 2008), observando que diversos setores serão analisados, seguindo a fórmula abaixo, na qual serão utilizados valores totais:

$$ETR = \frac{\text{Despesa total IR/CSLL}}{\text{Lucro antes do IR/CSLL}}$$

Em seguida, os valores obtidos por meio da ETR foram utilizados como *proxy* para a mensuração da *tax avoidance*, por meio do seguinte modelo econométrico, que alternará entre dados da ETR total e ETR corrente:

$$ETR_{it} = \beta_0 + \beta_1 FILANT_{it} + \beta_2 TAM_{it} + \beta_3 ROA_{it} + \beta_4 ALAV_{it} + \beta_5 INTG_{it} + \beta_6 INTINV_{it} + \varepsilon_{it} \quad (I)$$

Em que a carga tributária efetiva, representada pela variável dependente $ETR_{i,t}$, corresponde à alíquota de tributos efetivamente paga pela empresa “i” no ano “t”. A variável independente principal, $FILANT_{it}$, será o valor obtido por meio do índice do nível de informações acerca do desenvolvimento de atividades filantrópicas da empresa “i” ao longo do ano “t”, ou seja, considerou-se apenas os dados anuais para o desenvolvimento das análises, as quais foram executadas por meio do *software* R Studio.

A fim de realçar os efeitos da variável principal, serão utilizadas como variáveis de controle: $TAM_{i,t}$, que corresponde ao total de ativos da empresa “i” no ano “t”;

$ROA_{i,t}$, que é o retorno sobre o ativo da empresa “i” no ano “t”; $ALAV_{i,t}$, que indica o grau de endividamento da empresa “i” no ano “t”; e $INTG_{i,t}$, que corresponde aos ativos intangíveis da empresa “i” no ano “t”, de igual forma o $INTINIV$, que corresponde à intensidade de estoque da empresa “i” no ano “t”.

A partir dos dados obtidos, será observado o valor identificado em “ $\beta_1 FILANT_{i,t}$ ”. Se esse valor for negativo, então a filantropia está associada a uma menor ETR e, conseqüentemente, a uma maior *tax avoidance*, confirmando assim a hipótese 2.

Na Tabela 1, encontram-se elencadas as variáveis, seguidas de sua descrição, orientações aplicadas, *proxies*, sinal esperado, orientações e respectivas fundamentações, a fim de auxiliar na compreensão das variáveis presentes no modelo econométrico, bem como discriminar suas orientações e a fundamentação que direciona a aplicação das variáveis:

Tabela 1 – Resumo de variáveis de interesse de controle

Variável	Descrição	Proxy	Sinal esperado	Orientações	Fundamentação
FILANT	Filantropia	Número de dados codificados, relacionado à filantropia	-	Empresas que optam por maior divulgação de ações filantrópicas visam zelar por imagem que pode ser afetada pela redução de carga tributária	-
ETR total	Alíquota efetiva de tributação total Considerando a renda pelas normas contábeis	(IRPJ total + CSLL total) / LAIR	N/A	Menor ETR total, indica uma menor alíquota efetiva de tributos relacionados à renda empresarial, segundo as normas contábeis e maior ETR total indica maior alíquota efetiva, nos mesmos moldes	Hanlon & Heitzman, 2010; SANTOS <i>et al.</i> , 2021
ETR corrente	Alíquota efetiva de tributação corrente Considerando a renda pelas normas tributárias	(IRPJ total + CSLL corrente) / LAIR	N/A	Menor ETR corrente, indica uma menor alíquota efetiva de tributos relacionados à renda empresarial corrente, seguindo as normas tributárias e maior ETR total indica maior alíquota efetiva, nos mesmos moldes	Hanlon & Heitzman, 2010; Zhang, 2011

TAM	Tamanho	Log do Ativo Total.	+	Empresas maiores possuem mais recursos para planejamento tributário, mas estão mais sujeitas à fiscalização.	Zimmerman (1983), Richardson e Lanis (2007), Santos <i>et al.</i> (2013)
ROA	Desempenho Financeiro	LAIR / Ativo Total.	+	Empresas mais lucrativas podem buscar reduzir a carga tributária para maximizar retornos.	Gupta e Newberry (1997), Richardson e Lanis (2007), Desai e Dharmapala (2009)
ALAV	Alavancagem	Dívidas Totais / Ativo Total.	-	A dedução de juros reduz a base tributável, influenciando o comportamento fiscal.	Rego (2003), Santos <i>et al.</i> (2013)
INTG	Intangibilidade	Ativo Intangível / Ativo Total.	+	Empresas com mais ativos intangíveis podem usar amortizações para fins fiscais.	Laguir <i>et al.</i> (2015), Martinez e Ramalho (2017)
INTINV	Intensidade de Estoque	Estoque / Ativo Total.	-	Estoques podem afetar o lucro tributável dependendo do método de avaliação usado.	Parisi (2016), Fernández Rodríguez e Martínez-Arias (2014)
Setor	Setor empresarial segundo a B3	Classificação indicada pela B3	N/A	-	Asatryan; Joulfaian, (2022)

Fonte: Adaptado de França e Monte (2019).

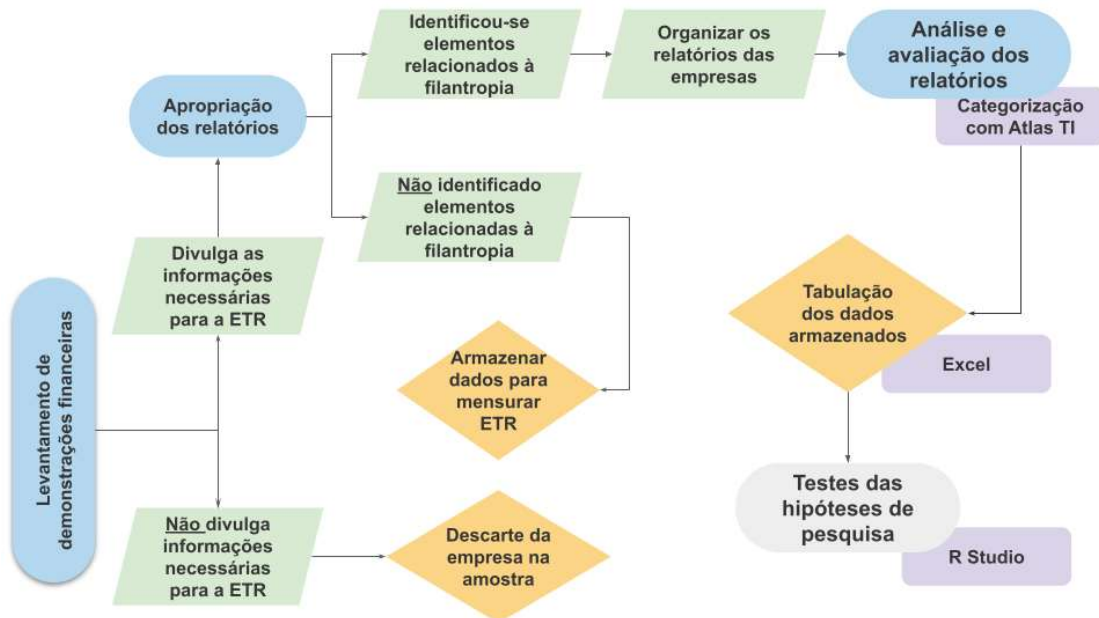
Os dados relacionados às variáveis “ETR”, “Tamanho” “Desempenho Financeiro”, “Alavancagem”, “Intangibilidade” e “Intensidade de Estoque”, foram obtidos por meio do banco de dados Economatica.

Assim, considerando a fonte dos dados levantados tanto para a etapa qualitativa, quanto para a etapa quantitativa, detalhada no Apêndice B, esta pesquisa classifica-se como documental e baseia-se em fontes de dados secundários, observado que foram utilizados de relatórios elaborados pelas próprias entidades analisadas e por meio de banco de dados que realiza o levantamento de informações de outras fontes de dados, como portal da CVM, B3 e portais de relação com investidores das respectivas empresas analisadas.

A fim de resumir e facilitar a compreensão do processo metodológico que será aplicado ao longo da pesquisa, apresenta-se na Figura 2 um fluxograma que

condensa os procedimentos a serem adotados para atingir os objetivos propostos e, assim, analisar os resultados obtidos, com o intuito de responder à pergunta de pesquisa proposta.

Figura 2 - Fluxograma esquematizando procedimentos metodológicos



Fonte: Elaboração própria (2025).

Por meio das linhas cinza, encontra-se o passo a passo seguido para obtenção e análise dos dados. Os itens representados por elipses azuis correspondem aos procedimentos metodológicos aplicados, enquanto os paralelogramos verdes indicam as ocorrências identificadas que levaram à aplicação de determinado procedimento. Já os losangos na cor amarela indicam os procedimentos que finalizam uma determinada etapa, enquanto a elipse cinza indica a finalização dos procedimentos metodológicos. As elipses roxas indicam os *softwares* utilizados para a realização de algumas das etapas.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Em razão do objetivo geral que norteou o desenvolvimento desta pesquisa, (investigar o nível de influência das práticas filantrópicas na *tax avoidance* de empresas brasileiras listadas no índice ISE B3), desenvolveu-se uma *proxy* (FILANT) com a finalidade de quantificar o nível de informações filantrópicas divulgadas por empresas listadas no índice ISE B3 (maiores detalhamentos no Apêndice A).

Ressalta-se que o termo *proxy* é utilizado para referir-se a elementos que possibilitam a mensuração de um determinado elemento de interesse, em que não há modo de mensurá-lo diretamente (Wooldridge, 2010). Assim, os resultados obtidos através deste estudo visam analisar a relação da *proxy* “FILANT” com outras duas *proxies* utilizadas para estimar a *tax avoidance* de empresas e frequentemente usadas pela literatura acadêmica, quais sejam: “ETR total” e “ETR corrente”.

Para a quantificação da *proxy* FILANT, foram analisadas e codificados 1662 relatórios, em que 977 correspondem a Demonstrações Financeiras elaboradas no padrão IFRS, enquanto que 177 consistem em Relatórios Anuais, 139 Relatos Integrados (ou Relatórios Integrados), 369 Relatórios de Sustentabilidade, todos publicados pelas empresas que compõe índice ISE B3 2024, referentes à informações relacionadas ao período compreendido entre 2010 a 2024.

Através destes relatórios foi realizada análise documental, a fim de identificar nível de divulgação de ações filantrópicas por meio de frequência de palavras (previamente estabelecidas), codificando-as, para viabilizar a quantificação de variados elementos, como a presença de elementos visuais e menções textuais.

Cada menção textual que indicasse atividade de doação, voluntariado ou projeto executado foi pontuada conforme a frequência que eram mencionadas em cada relatório. Também eram pontuados o detalhamento de tais práticas, como, por exemplo, doação de alimento, por detalhar no que consistiu a doação; voluntariado para viabilizar ingresso no mercado de trabalho, detalhando o objetivo da ação; dentre outros.

Caso a menção textual estivesse acompanhada de elemento visual, como fotografia, gráfico, ou diferenciação que destacasse a informação, lhe era atribuída mais um ponto. Assim, realizou-se um total de 8338 codificações, das quais 2541 correspondem a elementos visuais, 931 à menções relacionadas à incentivos fiscais,

4799 detalhamento da ação filantrópica por meio de menção textual e 67 codificações relacionadas à menção de contribuições para OSCIPs ou OSCs.

Após a quantificação dos dados qualitativos referentes ao nível de filantropia, foram desenvolvidos testes estatísticos, visando testar a veracidade das duas hipóteses de pesquisa estabelecidas no tópico “2.5 HIPÓTESES DO ESTUDO”.

Através da amostra estabelecida para a execução da pesquisa (empresas listadas no índice ISE B3), obteve-se um total de 825 observações, organizado em painel desbalanceado. Em razão de que algumas empresas não disponíveis tinham todos os dados necessários para o desenvolvimento da análise, obteve-se o total de 533 observações válidas.

Destaca-se que as empresas financeiras foram retiradas da amostra, em razão de suas particularidades que inviabilizaria a generalização dos dados, podendo ampliar os *outliers* da amostra.

Na Tabela 2, abaixo, encontram-se resumidos os valores obtidos através de estatística descritiva, resumindo os valores observados na amostra, antes e depois do tratamento dos dados.

Tabela 2 - Tabela resumo estatística descritiva - antes e depois da winsorização dos dados

Sem tratamento dos dados	Méd.	DP	Mín.	Máx.	Com tratamento dos dados	Méd.	DP	Mín.	Máx.
ETR.total	0.27	0.52	-1.07	8.02	ETR.total_w	0.26	0.38	-0.22	3.15
ETR. corrente	0.33	1.55	-9.14	34.81	ETR. corrente_w	0.27	0.49	-0.75	3.21
FILANT	8.74	12.73	0.00	125.00	FILANT	8.74	12.72	0.00	125.00
TAM	10.14	0.53	8.08	11.46	TAM_w	10.14	0.52	8.73	11.23
ROA	0.08	0.06	0.00	0.48	ROA_w	0.07	0.05	0.00	0.24
ALAV	0.10	0.05	0.00	0.49	ALAV_w	0.09	0.05	0.02	0.25
INTG	0.15	0.18	0.00	0.77	INTG_w	0.15	0.18	0.00	0.73
INTINV	0.03	0.11	0.00	0.59	INTINV_w	0.08	0.11	0.00	0.48

Fonte: Elaboração própria (2026).

Diante de tais números obtidos antes do tratamento através da winsorização,

efetuou-se análise dos dados brutos a partir da distribuição amostral das variáveis dependentes, baseando-se no terceiro momento central, a fim de identificar se havia assimetria dos dados, quanto representava e para qual lado a distribuição se afasta da simetria.

Após tal análise identificou-se uma assimetria positiva correspondente a 8,23 para a ETR total e de 16,59 para a ETR corrente, indicando uma assimetria elevada, consequência de valores superiores à média, além da heterogeneidade dos dados.

Esses resultados evidenciam numericamente a presença de *outliers* que, ainda que sejam pouco frequentes, possuem valores substancialmente elevados, a ponto de alterar a média das observações, razão pela qual identificou-se a necessidade de tratar os dados, a fim de minimizar tais distorções.

O teste de normalidade Shapiro-Wilk também rejeitou a hipótese de normalidade tanto para a ETR total, quanto para a ETR corrente, o que reforçou a necessidade de adotar procedimentos para o tratamento dos dados analisados antes de prosseguir para as regressões.

Assim, aplicou-se o método de winsorização para tratamento das variáveis, a fim de reduzir a influência de valores extremos (*outliers*), sem a exclusão de observações nesse processo, visando reduzir a forte distorção da média decorrente dos *outliers* e, assim, viabilizar a generalização dos resultados obtidos.

Essa técnica consiste em ajustar valores que estão muito abaixo ou muito elevados em relação aos resultados das demais observações. Desse modo, observações que estão com valores abaixo do percentil de 1% da amostra são ajustadas ao valor correspondente a esse limite mínimo, enquanto observações que possuem valores superiores ao limite máximo do percentil 99% são reduzidas ao limite superior da distribuição (Tukey, 1962; Hair, 2009).

Como esperado, a winsorização reduziu a dispersão das observações, conforme evidenciado pelos resultados apresentados na Tabela 2, visto que minimizou a influência de valores extremos, que estavam afetando a média das variáveis e comprometendo a representação mais próxima da realidade da amostra. Além disso, também é possível constatar a redução da influência dos *outliers* nas variáveis, dependentes e independentes analisadas, excetuando a variável relacionada ao nível de divulgação de filantropia (FILANT).

A variável FILANT não recebeu tratamento de seus *outliers*, em razão de que os valores elevados nela contidos não estão distorcidos por fatores relacionados à

ajustes à regras contábeis ou fiscais, eles representam decisões reais em relação ao nível de divulgação, ou seja, os valores estão de acordo com a realidade apresentada pelas empresas.

Os números obtidos pela FILANT são resultado de presença ou ausência de elementos de destaque visual para a prática de filantropia, como também em razão de mencionar ou não tal prática ser oriunda de incentivo fiscal, ou envolver OSCIPs ou OSC, em conjunto com a frequência de menção à ações filantrópicas, considerando também detalhamento de tais práticas, o qual foi mensurado através da frequência de menções, por exemplo, de práticas de voluntariado destinadas à crianças, ou idosos, doações de alimento à pessoas vulneráveis, dentre outras, conforme detalhado no Apêndice A.

Assim, os *outliers* presentes na variável FILANT representam uma heterogeneidade legítima entre as empresas, não resultante de ajustes contábeis ou fiscais, por essa razão realizar sua winsorização poderia distorcer as informações obtidas através da análise dos relatórios, modificando diferenças reais entre as observações, o que enfraqueceria o teste empírico da relação dessa *proxy* com as demais *proxies* de *tax avoidance*.

Além disso, destaca-se assimetria identificada ao desenvolver a variável FILANT também correspondem a decisões de apresentar informações ou não e, assim, não representam problemas para a execução das regressões, já que a presença de muitos zeros, por exemplo, reflete a decisão das entidades em divulgar ou não realizar práticas filantrópicas, enquanto os valores consideravelmente elevados indicam uma estratégia de divulgar com intensidade suas práticas sociais.

Tratar a variável FILANT de forma semelhante às demais, poderia ensejar em um erro conceitual, já que a ETR total e corrente, assim como as variáveis de controle TAM (tamanho), ROA (desempenho financeiro), ALAV (alavancagem), INTG (intangibilidade) e INTINV (intensidade de estoque), foram tratadas em razão de sua natureza econômica, visando mitigar a influência de valores extremos, o que comprometeria a coerência teórica de tais variáveis.

Nesse sentido, visando manter a coerência teórica das variáveis e diante dos resultados obtidos através da winsorização de ambas ETRs (total e corrente), constatou-se que apenas o uso da winsorização não seria o suficiente para retratar a realidade tributária das empresas analisadas, observado que a Alíquota Efetiva de Tributação (tradução do termo ETR) deveria ficar compreendida dentro de um

intervalo entre zero e um, já que ela seria capaz de estimar o percentual do lucro do exercício destinado ao pagamento de tributos sobre a renda, que no contexto brasileiro, seria correspondente ao percentual destinado ao pagamento de IRPJ e CSLL.

Nesse contexto, ciente do fato de que as empresas podem ser beneficiárias de créditos tributários, terem prejuízos fiscais, dentre outros fatores, é possível que a ETR possa resultar em valores que extrapolem os limites econômicos que a fundamentam, distorcendo os resultados em razão de ajustes fiscais e/ou contábeis.

Por essa razão, os resultados da ETR podem resultar em coeficientes negativos ou muito acima de um, não sendo tais resultados condizentes com a realidade, já que não há “tributação reversa”, como o resultado negativo poderia sugerir, como também não há tributação com alíquota superior à 100%.

Desse modo, manter as variáveis ETR com os valores originalmente obtidos, ou apenas ajustados pela winsorização não seria o suficiente para representar a carga tributária mais próxima do que realmente é suportada pelas entidades analisadas, mas apenas refletir efeitos contábeis, ajustes fiscais extraordinários, dentre outros ruídos que afetam a possibilidade de atingir mensuração mais próxima da realidade.

Assim, realizou-se o truncamento das variáveis ETR analisadas, uma vez que por meio de tal método os valores extremos são ajustados, como também são reduzidas possíveis incoerências econômicas nos resultados, otimizando as chances de que possam representar alíquota que seja mais próxima de evidenciar as que realmente são destinadas ao cumprimento das obrigações pecuniárias relacionadas ao IRPJ e CSLL (Gupta; Newberry, 1997).

Destaca-se que apesar de tais fragilidades, a ETR é a opção de *proxy* para *tax avoidance* mais adequada para a presente análise por captar a tributação, observado que ela recai em tributos que servem de parâmetro para a concessão de incentivos ou benefícios fiscais (IRPJ e CSLL), como, por exemplo o benefício fiscal concedido pelas leis Lei nº 9.249/1995 e Lei nº 13.019/2014 que vigoravam no corte temporal estabelecido nesta pesquisa para análise dos dados (modificadas pela Lei Complementar nº 224/2025), as quais permitiam que as doações realizadas pelas empresas brasileiras destinadas à OSCIPs e OSCs pudessem deduzir até 2% do Lucro Operacional.

Dessa forma, após o truncamento das variáveis dependentes (ou explicadas), obteve-se os seguintes resultados a título de estatística descritiva:

Tabela 3 - Estatística descritiva ETR total e corrente ambas truncadas

	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
ETR.total_trunc	0.23	0.20	0.00	1.00
ETR.corrente_trunc	0.26	0.27	0.00	1.00

Fonte: Elaboração própria (2026).

Diante dos tratamentos adotados, ficou demonstrada a eficácia na redução da influência de *outliers*, sem prejudicar o número de observações ou modificar a estrutura central da distribuição dos coeficientes.

Assim, tratados os dados, torna-se oportuno iniciar a etapa de análise econométrica, através da qual é possível verificar a relação entre a ETR total e corrente com a FILANT, considerando as demais variáveis de controle, conforme os procedimentos metodológicos discutidos no capítulo anterior, e assim poder testar as hipóteses de pesquisa propostas.

Através da análise de regressão realizada para ETR total, em paralelo com a análise de regressão para a ETR corrente, conforme o modelo proposto no capítulo anterior, buscou-se verificar se há relação significativa entre *tax avoidance* e o nível de divulgação filantrópica, usando as informações disponibilizadas pelas empresas selecionadas pelo índice ISE da B3 de 2024, como amostra para essa análise.

A significância é representada e cada tabela por um símbolo, em que quando for igual ou inferior a zero haverá três asteriscos “***” ao lado, enquanto for igual ou inferior 0.001 será destacada pela presença de dois asteriscos “**”, ao lado a informação, e um único asterisco “*”. Quando for igual ou inferior a 0.01, enquanto igual ou inferior a 0.05 haverá um “.” e se superior a 0,05 não haverá indicação gráfica ao lado do p-valor nas tabelas.

Tais indicações gráficas contribuem para a identificação imediata de onde há ou não há relação significativa com a variável dependente (ETR total ou ETR corrente), bem como o grau de significância.

Através do resultado obtido após a realização do teste F, testes de Breusch-Pagan e teste de Hausman, identificou-se que o modelo de efeito fixos seria o mais adequado para a análise da amostra.

Adicionalmente, tendo em vista que o modelo *pooled* proporciona uma análise comparativa geral das associações das médias entre o nível de divulgação da filantropia corporativa e as médias das ETRs, o modelo foi considerado complementarmente ao modelo de efeitos fixos que os testes anteriormente

mencionados, indicaram como o mais apropriado para o desenvolvimento da análise inferencial.

Nesse sentido, na Tabela 4 encontram-se dispostos os resultados obtidos através do modelo de efeitos fixos, sendo este o principal modelo indicado para a análise, seguindo ao lado, pelos resultados obtidos através do modelo *pooled*.

Tabela 4 - Resultados regressão modelo de efeitos fixos e *pooled* para a ETR total (truncada)

Variável	ETR Total - Efeitos Fixos			ETR Total - <i>Pooled</i>		
	Coefic.	p_valor	Signif	Coefic.	p_valor	Signif
FILANT	-0.010301	0.666503		-0.001063	0.080580	.
TAM_w	-0.073473	0.024549	*	-0.006229	0.703351	
ROA_w	-1.903163	0.000017	***	-1.747934	0.000001	***
ALAV_w	0.123558	0.794033		0.837742	0.030173	*
INTG_w	-0.049994	0.672531		0.125193	0.013454	*
INTINV_w	0.575934	0.024668	*	0.066332	0.440752	

Cód. signif.: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Fonte: Elaboração própria (2026).

Por meio da Tabela 4, é possível perceber que a relação entre a ETR total truncada e a variável FILANT (*proxy* para mensurar o nível de divulgação de ações filantrópicas), em ambos os casos apresentou coeficientes de resultado negativo.

Esse resultado sinaliza uma relação inversamente proporcional, ou seja, quando há maiores níveis de FILANT, há uma menor ETR total truncada, indicando que empresas que divulgam mais informações relacionadas à práticas de benfeitorias sociais (filantropia), teriam um percentual menor de tributos totais reconhecidos referentes a IRPJ e CSLL, observado que as empresas analisadas estão inseridas no contexto tributário brasileiro.

No entanto, o modelo de efeitos fixos, modelo principal utilizado para a análise, ao controlar a heterogeneidade não observada que existe entre as empresas analisadas, indicou que essa relação não seria estatisticamente significativa.

O *pooled*, utilizado para a análise complementar, por não absorver efeitos fixos em sua análise, como setor e ano, aponta indícios de uma relação estatisticamente

significativa entre as variáveis, sugerindo que uma menor ETR total estaria associada a maiores níveis de divulgação filantrópica, destacando que isso por o modelo considerar efeitos não possíveis de ser captados pelo modelo de efeitos fixos, como tempo e setor.

No que cerne as variáveis de controle, a rentabilidade (ROA) permanece com relação significativa em relação a ETR total tanto no modelo de efeitos fixos, quanto no *pooled*, enquanto a variável tamanho (TAM) e a intensidade de estoque (INTINV), que demonstraram significância no modelo de efeitos fixos, são substituídas pela alavancagem (ALAV) e os intangíveis (INTG), permanecendo a significância da rentabilidade (ROA) como elementos capazes de interferir na ETR total.

Ciente de que a ETR total considera tanto os tributos correntes, quanto os tributos diferidos, incluindo uma visão de longo prazo (Santos; Soares; Freitas; Dias Filho, 2021), realizou-se a análise da ETR corrente, a fim de identificar os efeitos das variáveis, desconsiderando os tributos diferidos.

A Tabela 5 abaixo apresenta a comparação dos dados obtidos através do modelo principal (efeitos fixos) e do modelo *pooled*, também de forma complementar, por considerar efeitos que são absorvidos pelo modelo de efeitos fixos, como o setor e o transcorrer do tempo.

Tabela 5 - Resultados regressão modelo de efeitos fixos e *pooled* para a ETR corrente (truncada)

Variável	ETR Corrente - Efeitos Fixos			ETR Corrente - <i>Pooled</i>		
	Coefic.	p_valor	Signif	Coefic.	p_valor	Signif
FILANT	0.000133	0.890521		-0.000834	0.307811	
TAM_w	-0.127321	0.005016	**	-0.009768	0.657466	
ROA_w	-4.129867	0.000001	***	-2.809477	0.000001	***
ALAV_w	1.252411	0.056773	.	1.138541	0.028675	*
INTG_w	-0.042124	0.797273		0.086889	0.201733	
INTINV_w	0.419112	0.237441		0.024968	0.829325	

Cód. signif.: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Fonte: Elaboração própria (2026).

No modelo de efeitos fixos evidenciou coeficiente positivo para a relação à ETR corrente e a variável FILANT, no entanto, essa relação não seria estatisticamente significativa, ou seja, não seria observada uma influência da divulgação de ações filantrópicas nas práticas de redução da carga tributária (*tax avoidance*) quando considerado os tributos diferidos.

No modelo complementar da análise, também não evidenciou relação significativa entre a FILANT e a ETR corrente, permanecendo com o coeficiente negativo, assim como ocorreu na ETR total.

Segundo o modelo de efeitos fixos, há influência significativa da rentabilidade (ROA) e alavancagem (ALAV), conjuntamente com o tamanho (TAM). Enquanto que no modelo *pooled* apenas rentabilidade (ROA) e alavancagem (ALAV), teriam uma influência sobre a variável dependente (ETR corrente).

Superada a análise principal, foram realizados testes adicionais a fim de verificar os níveis de significância considerando outros elementos não capturados pelo modelo de regressão principal. Dessa forma, buscou-se verificar aspectos relacionados à intensidade da relação, a fim de testar a hipótese 2, além de buscar identificar outros indícios de relação, ou não, entre o planejamento tributário e a divulgação de informações filantrópicas.

A hipótese 2 propunha que haveria um maior nível de divulgação de informações filantrópicas, quando há maior *tax avoidance*, ou seja, a variável FILANT seria maior quando houvesse uma menor ETR.

Assim, foram separadas as observações para uma análise em apartado das observações em que a FILANT fosse maior que 0, visando verificar se haveria essa relação de intensidade, motivo pelo qual não seria viável analisar empresas que não divulgam tais informações.

Para tanto, utilizando de ambas as ETRs truncadas, aplicou-se uma *dummy* para realizar tal recorte, considerando assim, apenas observações em houve divulgação de ações filantrópicas.

Desse modo, a análise não apenas verificou a significância da relação entre as empresas declaradamente doadoras, como também investigou se outros fatores, como, por exemplo, o setor, também podem influenciar nessa relação.

Após esse “filtro”, restaram 408 observações válidas, ou seja, a amostra analisada teve uma redução de pouco mais de 23% de suas observações, que permaneceram organizadas em painel desbalanceado.

Em observância à teoria institucional, que indica que algumas divulgações podem ser motivadas por tendência de mercado, buscou-se captar se características setoriais poderiam interferir nos resultados. Nesse sentido, utilizando *dummies* para “setor”, foram realizadas regressões para estimar a ETR total e a ETR corrente.

Para tanto, utilizou-se do o modelo *pooled*, em razão de que a aplicação do modelo de efeitos fixos, absorveria os efeitos fixos que não se modificam ao longo do tempo, como ocorre com o setor, o que inviabilizando a capacidade da análise em capturar seus efeitos.

Dessa forma, considerando a classificação setorial segundo disponibilizado pela B3, foi aplicada a regressão *pooled* tanto para a ETR total, quanto para a ETR corrente, permanecendo ambas truncadas e demais variáveis contínuas winsorizadas, pelas mesmas razões expostas anteriormente. Assim, obteve-se os resultados que estão resumidos na Tabela 6 e expostos de forma completa no Apêndice B, obtido através do seguinte modelo de regressão aplicado separadamente para ambas as ETRs:

$$ETR_trunc_{it} = \beta_0 + \beta_1 FILANT_{it} + \beta_2 TAM_w_{it} + \beta_3 ROA_w_{it} + \beta_4 ALAV_w_{it} + \beta_5 INTG_w_{it} + \beta_6 INTINV_w_{it} + dummies(setor) + \varepsilon_{it} \quad (II)$$

Tabela 6 - Resumo dos resultados da regressão *pooled* considerando apenas empresas que divulgam suas ações filantrópicas relacionando as variáveis à ETR total e corrente

Variável	ETR Total			ETR Corrente		
	Coefic.	p_valor	Signif	Coefic.	p_valor	Signif
FILANT	-0.001467	0.021646	*	-0.001034	0.232702	
TAM_w	-0.016717	0.444116		-0.004697	0.874165	
ROA_w	-1.528202	0.000086	***	-2.644329	0.000001	***
ALAV_w	0.344930	0.437200		0.625698	0.299585	
INTG_w	0.146958	0.016515	*	0.148949	0.073158	.
INTINV_w	0.105102	0.383094		-0.021792	0.894023	

Cód. signif.: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Fonte: Elaboração própria (2026).

Considerando o setor como um fator na análise, constatou-se coeficiente negativo, o que evidencia efeito inversamente proporcional tanto entre a ETR total, quanto entre a ETR corrente, reforçando que, quando a divulgação filantrópica aumenta, o nível de ambas ETRs é reduzido.

No entanto, tal relação mostrou-se significativa apenas entre a ETR total e a divulgação de informações sobre filantropia (FILANT), não tendo o mesmo efeito sobre a ETR corrente.

Destaca-se que a ETR total possui maior abrangência em relação a ETR corrente, pois é calculada considerando a despesa tributária total. A ETR corrente, por sua vez, capta os tributos diferidos, que reduzem a carga tributária atual, sem afetar o resultado contábil, sendo eficiente para identificar práticas de *tax avoidance* decorrentes da postergação do pagamento de tributos, enquanto a ETR total reflete os custos tributários independente de estratégias de diferimento de tributos.

Nesse contexto, é possível perceber que a significância relacionada a ETR total, indicam estratégias empresariais adotadas baseadas no regime de competência, refletindo no resultado contábil das empresas. A ETR corrente, por sua vez, contribui para identificar estratégias de *tax avoidance* identificáveis a partir do regime de caixa, capturando os efeitos do resultado fiscal, seguindo a perspectiva tributária brasileira.

Além disso, é possível inferir que dependendo do setor analisado, as demais variáveis de controle (TAM, ROA, ALAV, INTG e INTINV) podem interferir com maior intensidade nas ETRs, razão pela qual a FILANT possui maior ou menor significância a depender das características setor, ou seja, há indícios de que as características empresariais também influenciam na relação entre os construtos.

Visando ampliar a investigação acerca da intensidade da relação, foi aplicada a regressão quantílica, a fim de o nível de influência que a divulgação da filantropia pode exercer sobre a ETR ao longo da distribuição da alíquota efetiva de tributação, captando uma heterogeneidade que não é possível observar apenas através da análise média, como oportuniza o modelo principal (efeitos fixos).

Assim, através da regressão quantílica, considerando três quartis (0,25; 0,50; 0,75), é possível identificar o comportamento tributário das empresas, bem como a influência da divulgação filantrópica em empresas com diferentes níveis de ETR.

As empresas que estiverem no primeiro quartil (0,25), são aquelas de ETR baixa, ou seja, menor alíquota efetiva, conseqüentemente, são as de maior nível de *tax avoidance*. Ao passo que, o segundo quartil (0,50) corresponde às empresas com

ETR mediana, estando dentro da média esperada para tais entidades. Por fim, os resultados obtidos através terceiro quartil (0,75), se encaixam no perfil de entidades com maior alíquota efetiva e assim menor nível de *tax avoidance*.

Abaixo encontram-se duas tabelas que resumem a relação entre a ETR total analisada e a variável FILANT e seus respectivos resultados em cada quartil. Na Tabela 7 encontram-se os resultados da regressão quantílica em múltiplos quantis, enquanto na Tabela 8 estão os resultados considerados os efeitos fixos de setor e de ano.

Tabela 7 - Resumo dos resultados da regressão quantílica em múltiplos quantis no modelo *pooled* relacionando ETR total e corrente com FILANT

Variável	Quar.	ETR Total			ETR Corrente		
		Coef.	p-valor	Sig.	Coef.	p-valor	Sig.
FILANT	0,25	-0.000806	0.041620	*	-0.000703	0.121681	
FILANT	0,50	-0.000976	0.078027	.	-0.000821	0.396974	
FILANT	0,75	-0.000798	0.389207		-0.002299	0.055961	.

Cód. signif.: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Fonte: Elaboração própria (2026).

Tabela 8 - Resumo dos resultados da regressão quantílica em múltiplos quantis considerando efeitos fixos de setor e de ano relacionando ETR total e corrente com FILANT

Variável	Quar.	ETR Total			ETR Corrente		
		Coef.	p-valor	Sig.	Coef.	p-valor	Sig.
FILANT	0,25	-0.000760	0.050936	.	-0.000308	0.456252	
FILANT	0,50	-0.000654	0.179174		-0.000210	0.756058	
FILANT	0,75	-0.001331	0.052341	.	-0.001856	0.085362	.

Cód. signif.: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Fonte: Elaboração própria (2026).

Observando os resultados obtidos através dos dois modelos de regressão quantílica (Tabela 7) sem controle de efeitos, Tabela 8 com controle de efeitos fixos sobre setor e ano), identifica-se que todos os coeficientes que mensuram o nível de relação entre a ETR total e a FILANT apresentaram sinal negativo.

Tais resultados reforçam a constatação de que a relação entre essas duas *proxies* é estatisticamente inversa. Destaca-se que sempre houve resultado estatisticamente significativo o coeficiente da relação era negativo, mais uma vez

sugerindo que um maior nível de divulgação filantrópica está relacionada à uma menor ETR, que indica uma menor alíquota tributária efetiva e, consequentemente, maior *tax avoidance*.

Por meio da regressão quantílica que se restringe a verificar o efeito da filantropia para os diferentes níveis de ETR, constatou-se uma relação significativa entre as empresas que estão no quartil 0,25, em que se enquadram as empresas com baixa ETR e o quartil 0,50, em que constam empresas de ETR dentro da média, enquanto o quartil de 0,75, ocupado pelas entidades de maior ETR total, não identificou significância na relação.

A ETR corrente, por sua vez, identificou relação significativa entre as variáveis apenas no quartil 75, indicando haver relevância na relação entre ETR corrente e a FILANT, apenas nas empresas com maior alíquota efetiva.

Complementarmente, ao controlar efeitos fixos viabilizando a análise apenas por nível de alíquota efetiva, neutralizando os efeitos setor e no mesmo ano, a significância permaneceu para o quartil em que estão localizadas as entidades de menores níveis de ETR.

No entanto, ao controlar setor e ano, as empresas do quartil médio (0,50), que anteriormente obtiveram resultado significativo, perderam a significância, ao passo de que permaneceu a relação significativa no nível em que se localizam as menores alíquotas de ETR total (0.25).

Enquanto aquelas que possuem maior ETR total (0,75) passaram a ter resultado estatisticamente significativo, destacando que ainda assim com um nível de significância inferior ao de empresas de menor ETR total, sendo esse, mais uma vez, o único quartil com resultado significativo para a ETR corrente.

Analisando conjuntamente ambas as tabelas, é possível captar a heterogeneidade da amostra (Tabela 7) e controlar as possíveis diferenças resultante das diferenças de setores e épocas, minimizando assim vieses (Tabela 8).

Diante dos resultados, é possível observar que a relação da FILANT é heterogênea ao longo de sua distribuição para ETR total. Destacando-se a persistência de uma relação negativa entre ambas, sugerindo assim uma relação inversa, em que quanto maior o nível de divulgação filantrópica menor é o nível da ETR total.

Tal efeito no quartil inferior (0,25) mostrou-se significativo, em ambas as situações, sugerindo que empresas com menor ETR total teriam maiores níveis de

divulgação filantrópica, enquanto os demais quartis mostraram-se menos consistentes, observado que controlando alguns efeitos a ETR total média perdeu sua significância, enquanto que as empresas de maior ETR total passaram a ter relação significativa, o que indicando uma instabilidade às especificações do modelo.

Assim, após a análise integrada dos resultados empíricos obtidos, verifica-se que não há evidências robustas de um efeito médio para a relação entre a divulgação da filantropia corporativa (FILANT) e as alíquotas efetivas de tributação analisadas (ETR total e corrente) quando a heterogeneidade não observada entre as empresas é controlada por meio do modelo de efeitos fixos.

Esse achado sugere que variações ao longo do tempo nas práticas de divulgação de ações filantrópicas de uma mesma empresa não se traduzem, de forma sistemática, em mudanças no seu nível de *tax avoidance*, reforçando a interpretação de que o comportamento tributário está fortemente associado à características estruturais das empresas.

Por outro lado, as estimativas obtidas a partir do modelo *pooled* e das regressões quantílicas revelam que a associação entre filantropia e ETR não é homogênea ao longo da distribuição da variável dependente.

Em particular, observa-se uma relação negativa e estatisticamente significativa nos quantis inferiores da ETR, associados a empresas com maior propensão à *tax avoidance*, ao passo que tal relação não se manifesta de forma consistente na mediana.

Esses resultados indicam que a filantropia pode estar relacionada a estratégias tributárias em contextos específicos, refletindo diferenças de perfil entre empresas, mais do que um efeito comportamental generalizado decorrente do aumento da intensidade das práticas filantrópicas ao longo do tempo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo principal investigar o nível de influência das práticas filantrópicas na *tax avoidance* de empresas brasileiras listadas no índice ISE da B3 no ano de 2024, observado que tal índice é composto pelas empresas brasileiras que a Bolsa identifica com maior comprometimento social.

Assim, a partir das informações contábeis prestadas pelas próprias empresas, bem como dos dados constantes no banco de dados Economática, desenvolveu-se análise da ETR total e corrente, *proxies* de *tax avoidance*, relacionando-os divulgação de informações filantrópica e práticas de *tax avoidance*. Para tanto, norteou-se pelas teorias das escolhas contábeis, institucional, legitimidade e da sinalização.

Destaca-se que a teoria das escolhas contábeis foi utilizada como base para a investigação, já que ela norteia a possibilidade de que a opção por divulgar informações relacionadas à prática de filantropia, podem ser resultado de estratégias corporativas associadas a práticas de planejamento tributário.

As demais teorias complementam o norteamento da investigação por indicarem fatores que seriam capazes de influenciar em tais escolhas, como, por exemplo, seguir tendências de mercado, alinhar a sua imagem a demandas sociais e/ou sinalizar boas práticas aos seus *stakeholders*.

Assim, realizou-se o tratamento dos dados obtidos através de fontes secundárias (relatórios divulgados pelas próprias entidades e dados financeiros obtidos através do Economática), a fim de que estes espelhassem, de forma mais verossímil possível, a realidade das entidades analisadas, razão pela qual aplicou-se métodos de mitigação de *outliers* (winsorização e truncamento de variáveis) para reduzir a influência destes reduzindo distorções nas observações.

Destaca-se que a variável filantropia não foi tratada, por ter resultado de uma métrica que visa expor a realidade dos dados tal qual foi apresentada pelas próprias entidades, não sofrendo alterações de natureza econômica ou contábil, que justificasse a necessidade de tratamento.

Após as regressões, identificou-se que a variável FILANT com resultados estatisticamente significativos resultaram em coeficiente negativo, indicando assim uma relação inversa entre as ETRs analisadas e a divulgação de informações relacionadas à ações filantrópicas. Nesse sentido, quando há aumento na divulgação

de informações filantrópicas, há uma redução no nível de ETR, ou seja, menor alíquota tributária efetiva, resultando em maior *tax avoidance*.

Assim, apesar da análise pelo modelo de efeitos fixos não permitir inferir a relação com significância estatística, os resultados presentes nas demais análises permitem confirmar parcialmente a hipótese 2, que propõe que quanto maior o nível de informação filantrópica divulgada pelas empresas, maior será o nível de *tax avoidance*.

Acrescenta-se que através da análise dos coeficientes da relação entre as ETR e a variável FILANT, identificou-se que seu nível de significância varia de acordo com o método utilizado para análise, conjuntamente com aspectos relacionados às características empresariais quanto ao cumprimento da norma contábil (ETR total) ou fiscal (ETR corrente).

Por essa razão, apesar dos testes estatísticos indicarem o modelo de efeitos fixos como o mais adequado para a regressão de análise dos dados, o modelo *pooled* não foi descartado, já que através dele é possível captar diferenças setoriais e temporais.

Conforme observado na regressão pelo modelo *pooled* (Tabela 2), assim como nos testes complementares em que o setor foi considerado como um fator a ser integrado à análise (tabelas 6, 7 e 8), além do teste quantílico, que indicou, na maioria dos testes, relação significativa entre ambas as ETRs e a variável FILANT.

Nesse contexto, apesar da regressão principal (efeitos fixos) não captarem uma relação estatisticamente significativa entre as variáveis FILANT e ETR total e corrente, as análises complementares fornecem evidências que impedem desconsiderar a hipótese 1 por completo, já que os testes complementares sugerem indícios de influência, ainda que sutil, da divulgação de práticas de filantropia sobre *tax avoidance*.

Acrescenta-se que apesar da ETR corrente, por vezes não ter relação significativa com a *proxy* de filantropia, esse resultado não é indício suficiente para desconsiderar tal relação, já que na maioria das análises em que foi relacionada com a ETR total o resultado obtido foi estatisticamente significativo e de maior força estatística quando considerado os menores quartis, na regressão quantílica, em que estão localizadas as observações de empresas com menor nível de ETR (Tabela 7 e 8).

O fato da significância ser alterada ao analisar a ETR corrente sugere que tais práticas podem não estar sendo captadas pelos moldes que atendem as

necessidades fiscais, mas são identificadas através do regime de competência, o qual segue parâmetros contábeis, como evidencia a ETR total.

Além disso, há a indícios de que a pluralidade de setores tenha comprometido a indicação de uma relação mais forte entre as variáveis, havendo a possibilidade de que alguns setores possam ter maior ou menor volume de divulgação de suas informações de cunho filantrópico, por motivações de tendência de mercado conforme direciona a teoria institucional.

Assim, em razão de tais tendências de mercado, a significância pode não ter sido captada pelas análises principais, como também a relação pode ter sido minimizada devido às distintas médias de ETR aplicáveis a cada setor.

Analisando os resultados obtidos através desta pesquisa, conjuntamente com outros estudos empíricos que também investigam a relação de práticas filantropia corporativa e estratégias tributárias, mas em diferentes contextos, é possível identificar a despeito de resultados de relevância estatística, há diversos indícios que sugerem que as corporações não limitam suas doações à motivações apenas de ordem moral e ética, mas sim vislumbrando potencializar seus resultados.

Tal fato foi constatado em pesquisas como de Asatryan e Joulfaian (2022), os quais indicaram que utilizando da análise de variáveis tradicionalmente utilizadas não seria possível identificar resultados com relevância estatística para constatar a relação entre o desenvolvimento de ações filantrópicas de empresas armênias enquanto estratégia para a redução da carga tributária percebida por tais entidades, já que a redução permitida pela legislação do país era limitada à 0,25% da receita bruta, percentual irrisório de uma perspectiva estatística, mas significativo sob uma ótica econômica, já que usualmente corporações listadas em bolsa contam com resultados que superam a casa dos milhões.

Nesse sentido, há a possibilidade de que o percentual de redução tributária obtido pelas entidades brasileiras não corresponder a um percentual estatisticamente significativo, assim como ocorre na Armênia, já que a legislação brasileira restringe a redução de até 2% do lucro operacional obtido pelas entidades brasileiras que enquadram suas ações segundo os parâmetros estabelecidos pela Lei nº 9.249/1995, posteriormente alterada pela Lei Complementar nº 224/2025.

Assim, a dedutibilidade identificada nas análises anteriormente elencadas pode não ter resultado em percentual estatisticamente significativo, apesar de representar uma contenção de gasto tributário relevante para a entidade que adota tais estratégias

sob uma perspectiva econômica, razão pela qual sugere-se o uso de outras variáveis e do uso de outros métodos para novas investigações acerca da relação entre divulgação de práticas filantrópicas e sua relação com estratégias tributárias.

Pesquisas como a desenvolvida por Lee (2020), ao utilizar de outros parâmetros para identificar possível relação do uso de boas práticas corporativas como forma obter alguma vantagem tributária, identificou, por exemplo, que empresas listadas na Bolsa de Valores estadunidense que possuíam sede em locais considerados como paraísos fiscais possuíam maior engajamento para práticas de Responsabilidade Social Corporativa, dentro das quais a filantropia está englobada, fortalecendo os indícios identificados por meios das análises complementares desenvolvidas pela presente pesquisa.

Sob uma perspectiva prática, os resultados obtidos sugerem que empresas não restringem em divulgar voluntariamente aspectos relacionados à ações relacionadas à RSC motivadas apenas por razões relacionadas à imagem corporativa perante o mercado e a sociedade, mas também a fim de cumprir imposições normativas, sejam elas obter a concessão de benefício fiscal ou em razão do cumprimento de normas relacionadas à incentivo fiscal.

Desse modo, o estudo possibilita uma contribuição acadêmica ao investigar um construto pouco explorado no âmbito brasileiro, a filantropia, apesar de sua relevância não apenas social, mas estratégica para as corporações, bem como amplia a visão acerca de construtos capazes de influenciar a *tax avoidance* corporativa.

No âmbito social, esta pesquisa colabora para o debate e análise crítica acerca de ações filantrópicas praticadas pelas empresas não apenas brasileiras, observado que por vezes o tema da filantropia é pouco explorado em análises acadêmicas e de mercado, apesar de que tais práticas podem ser utilizadas seja como estratégias legalmente aceitas e incentivadas, seja como forma de compensar ou mascarar práticas corporativas moralmente reprováveis, podendo atrair o interesse de investidores, agências reguladoras, além de acionistas e gestores.

Nesse sentido, acredita-se que estudos futuros podem ser realizados considerando recortes de mercado, ampliando o número de empresas analisadas e homogeneizando características, ao considerar apenas recortes setoriais, o que minimizaria os efeitos das diferenças de características de mercado e ETR.

Além disso, pesquisas futuras podem analisar a relação entre os construtos da filantropia e *tax avoidance* utilizando de outras variações da ETR, bem como

ampliando a amostra, não se restringindo às empresas listadas no ISE B3, além de considerar outros itens, além dos elencados para mensurar o nível de divulgação de filantropia adotado pelas corporações, havendo a possibilidade de considerar outros elementos para tal métrica.

Ressalta-se ainda que o trabalho encontrou limitações para ampliar a abrangência da análise para além do índice ISE em razão do volume considerável de relatórios contábeis publicados no corte temporal proposto, razão pela qual o sugere-se ampliar a aplicação da pesquisa para além do utilizado para esta análise a fim de realizar novos testes para as hipóteses propostas.

Destaca-se também que também identificou que inexistência de um banco de dados que concentrasse informações sobre empresas que praticam ou não ações filantrópicas também foi um fator limitador da pesquisa, já que tal identificação permitiria ampliar o corte amostral, observado que seria possível identificar outros elementos comuns entre as empresas colaboradoras de causas filantrópicas suficientes para justificar um maior recorte para a análise.

REFERÊNCIAS

- ABDELFATTAH, T.; ABOUD, A. Tax avoidance, corporate governance, and corporate social responsibility: the case of the egyptian capital market. **Journal of International Accounting, Auditing and Taxation**, v. 38, p. 100304, 2020.
- AGARWAL, V.; LU, Y.; RAY, S. Are hedge funds' charitable donations strategic?. **Journal of Corporate Finance**, v. 66, p. 101842, 2021.
- ARMSTRONG, C. S. *et al.* Corporate governance, incentives, and tax avoidance. **Journal of Accounting and Economics**, v. 60, n. 1, p. 1-17, 2015.
- ASATRYAN, Zareh; JOULFAIAN, David. Taxes and business philanthropy in Armenia. **Journal of Economic Behavior & Organization**, v. 200, p. 914-930, 2022.
- ÁRTICO, M. G. O princípio constitucional da função social: reflexos na propriedade rural, urbana e empresas. **Revista Jurídica da Amazônia**, v. 1, n. 2, p. 104-127, 2024.
- BAKER, P. L.; DAWSON, C. The corporation tax elasticity of charitable donations. **Journal of Economic Behavior & Organization**, v. 178, p. 1-14, 2020.
- BEAVER, W. H. The information content of annual earnings announcements. **Journal of Accounting Research**, p. 67-92, 1968.
- BEER, S.; MOOIJ, R.; LIU, L. International corporate tax avoidance: a review of the channels, magnitudes, and blind spots. **Journal of Economic Surveys**, v. 34, n. 3, p. 660-688, 2020.
- BINHADAB, N. ESG performance and cash effective tax rates: evidence from UK listed firms. **Journal of International Accounting, Auditing and Taxation**, p. 100683, 2025.
- BILLEDEAU, D. B.; WILSON, J. Assessing the impact of the sustainable development goals on corporate philanthropy: A study of Canada's leading private sector companies. **Business Strategy & Development**, v. 7, n. 1, p. e315, 2024.
- BISHOP, M.; GREEN, M. **Philanthrocapitalism: how giving can save the world**. Bloomsbury Publishing USA, 2010.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organizado por Cláudio Brandão de Oliveira. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2002. 320 p. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 jun. 2025.
- BRASIL. Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 30261, 24 dez. 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8313cons.htm. Acesso em: 11 jun. 2025.

BUCHHOLZ, F.; LOPATTA, K.; MAAS, K. The deliberate engagement of narcissistic CEOs in earnings management. **Journal of Business Ethics**, v. 167, p. 663-686, 2020.

CAI, M. *et al.* Individualism, economic freedom, and charitable giving. **Journal of Economic Behavior & Organization**, v. 200, p. 868-884, 2022.

CAMPOPIANO, G.; MASSIS, A.; CHIRICO, F. Firm philanthropy in small-and medium-sized family firms: the effects of family involvement in ownership and management. **Family Business Review**, v. 27, n. 3, p. 244-258, 2014.

CARROLL, Robert; JOULFAIAN, David. Taxes and corporate giving to charity. **Public Finance Review**, v. 33, n. 3, p. 300-317, 2005.

CRESWELL, J. W.; CRESWELL, J. D. **Research design**: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches. Sage publications, 2017.

DEEGAN, C. Introduction: the legitimising effect of social and environmental disclosures—a theoretical foundation. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 15, n. 3, p. 282-311, 2002.

DESAI, M. A.; DHARMAPALA, D. Corporate tax avoidance and firm value. **The review of Economics and Statistics**, v. 91, n. 3, p. 537-546, 2009.

DESAI, M. A.; DHARMAPALA, D. Corporate tax avoidance and high-powered incentives. **Journal of Financial Economics**, v. 79, n. 1, p. 145-179, 2006.

DIGDOWISEISO, K. *et al.* Implementation of signaling theory in financial management: a bibliometric analysis. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 18, n. 3, p. 1-13, 2024.

DILLARD, J. F.; RIGSBY, J. T.; GOODMAN, C. The making and remaking of organization context: duality and the institutionalization process. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 17, n. 4, p. 506-542, 2004.

DYRENG, S. D.; HANLON, M.; MAYDEW, E. L. Long-run corporate tax avoidance. **The accounting review**, v. 83, n. 1, p. 61-82, 2008.

ELSEVIER. **Scopus – analyze results**. 2025. Disponível em: <https://www.scopus.com>. Acesso em: 19 maio 2025.

ELSEVIER. **Scopus – gráfico de publicações sobre “filantropia”**. 2025. Disponível em: <https://www.scopus.com>. Acesso em: 19 maio 2025.

ELSEVIER. **Scopus – gráfico de publicações sobre “filantropia”**. 2025. Disponível em: <https://www.scopus.com>. Acesso em: 19 maio 2025.

FADLALAH, B. S. N.; MARTINEZ, A. L.; NOSSA, V. Planejamento tributário e as práticas de responsabilidade social corporativa. **Revista de Contabilidade e Controladoria**, v. 4, n. 3, p. 7-23, 2012.

FANG, M. *et al.* CFO social networks and corporation taxation. **Journal of Financial Stability**, v. 78, p. 101405, 2025.

FRANÇA, R. D.; MONTE, P. A. Efeitos da reputação corporativa na tax avoidance de empresas brasileiras de capital aberto. **Revista Universo Contábil**, v. 15, n. 4, p. 109-126, 2019.

GIACOMIN, V.; JONES, G. Drivers of philanthropic foundations in emerging markets: Family, values and spirituality. **Journal of Business Ethics**, p. 1-20, 2021.

GUERRA, F. Análise das publicações internacionais sobre agressividade fiscal e estratégias alternativas de gestão tributária. **Revista Fipecafi de Contabilidade, Controladoria e Finanças (RFCC)**, v. 3, n. 2, p. 145-162, 2022.

GUPTA, Sanjay; NEWBERRY, Kaye. Determinants of the variability in corporate effective tax rates: Evidence from longitudinal data. **Journal of accounting and public policy**, v. 16, n. 1, p. 1-34, 1997.

HAIR, Joseph F. **Multivariate data analysis**. 2009.

HANLON, M.; HEITZMAN, S. A review of tax research. **Journal of Accounting and Economics**, v. 50, n. 2-3, p. 127-178, 2010.

HEALY, P. M.; PALEPU, K. G. Information asymmetry, corporate disclosure, and the capital markets: A review of the empirical disclosure literature. **Journal of accounting and economics**, v. 31, n. 1-3, p. 405-440, 2001.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. Teoria da contabilidade. Tradução: **Antônio Zoratto Sanvicente**. São Paulo: Atlas, 1999.

HOLTHAUSEN, R. W.; LEFTWICH, R. W. The economic consequences of accounting choice implications of costly contracting and monitoring. **Journal of Accounting and Economics**, v. 5, p. 77-117, 1983.

HOPPER, T.; BUI, B. Has management accounting research been critical?. **Management Accounting Research**, v. 31, p. 10-30, 2016.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Michaelis dicionário brasileiro da língua portuguesa**. 2021. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br>. Acesso em: 11 jun. 2025.

IATRIDIS, G. E. Corporate philanthropy in the US stock market: evidence on corporate governance, value relevance and earnings manipulation. **International Review of Financial Analysis**, v. 39, p. 113-126, 2015.

IDIS. Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social. **Pesquisa Doação Brasil 2022**: a cultura de doação sob a ótica de quem doa. 2022. Disponível em: <https://www.idis.org.br/os-resultados-da-pesquisa-doacao-brasil-2022-sob-a-otica-da-cultura-de-doacao>. Acesso em: 1 jun. 2025.

IUDÍCIBUS, S. Teoria da contabilidade: evolução e tendências. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 17, n. 2, p. 5-13, 2012.

JACOMETTI, M. *et al.* Análise de efetividade das políticas públicas de arranjo produtivo local para o desenvolvimento local a partir da teoria institucional. **Revista de Administração Pública**, v. 50, n. 3, p. 425-454, 2016.

JOHNSON, P. **Global philanthropy report**: perspectives on the global foundation sector. 2018. Disponível em: https://www.hks.harvard.edu/sites/default/files/2023-09/global_philanthropy_report_final_april_2018.pdf. Acesso em: 11 jun. 2025.

KAUCHE, G. C. R. V. S.; LIMA, J. E. S. Função social da empresa: do lucro ao bem-estar social. **Diálogos Possíveis**, v. 22, n. 1, 2023.

KIM, J. B.; LI, Y.; ZHANG, L. Corporate tax avoidance and stock price crash risk: firm-level analysis. **Journal of Financial Economics**, v. 100, n. 3, p. 639-662, 2011.

LANIS, R.; RICHARDSON, G. Corporate social responsibility and tax aggressiveness: an empirical analysis. **Journal of Accounting and Public policy**, v. 31, n. 1, p. 86-108, 2012.

LEE, D. Corporate social responsibility of US-listed firms headquartered in tax havens. **Strategic Management Journal**, v. 41, n. 9, p. 1547-1571, 2020.

LISOWSKY, P.; MINNIS, M. The silent majority: private US firms and financial reporting choices. **Journal of Accounting Research**, v. 58, n. 3, p. 547-588, 2020.

LONG, W. *et al.* Mixed-ownership structure, non-state-blockholder coalition, and tax avoidance. **International Review of Financial Analysis**, v. 91, p. 102988, 2024.

MARQUIS, C.; TILCSIK, A. Institutional equivalence: how industry and community peers influence corporate philanthropy. **Organization Science**, v. 27, n. 5, p. 1325-1341, 2016.

MELO, L. *et al.* Does corporate social responsibility affect the tax aggressiveness of firms? Evidences of the brazilian stock market. **Revista Catarinense Da Ciência Contábil**, v. 19, p. 1-18, 2020.

MENICACCI, L.; SIMONI, L. Negative media coverage of ESG issues and corporate tax avoidance. **Sustainability Accounting, Management and Policy Journal**, v. 15, n. 7, p. 1-33, 2024.

MODELL, S. Goals versus institutions: the development of performance measurement in the Swedish university sector. **Management Accounting Research**, v. 14, n. 4, p. 333-359, 2003.

MONTEIRO, A. P. *et al.* Impact of the internal control and accounting systems on the financial information usefulness: The role of the financial information quality. **Academy of Strategic Management Journal**, p. 1-13, 2021.

MULLER, A.; KOLK, A. Responsible tax as corporate social responsibility: the case of multinational enterprises and effective tax in India. **Business & Society**, v. 54, n. 4, p. 435-463, 2015.

NYE, J. S. **Soft power**: the means to success in world politics. Public affairs, 2004.

OECHSLIN, M.; RODRIGUEZ, M. Fiscal weakness, the (under-) provision of public services, and institutional reform. **Conflict Management and Peace Science**, v. 38, n. 1, p. 20-44, 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório de desenvolvimento humano 2023/2024**. 2024. Disponível em: <https://hdr.undp.org/content/human-development-report-2023-24>. Acesso em: 20 maio 2025.

PORTER, M. E. *et al.* The competitive advantage of corporate philanthropy. **Harvard business review**, v. 80, n. 12, p. 56-68, 2002.

PULINO, S. *et al.* Does ESG disclosure influence firm performance?. **Sustainability**, v. 14, n. 13, p. 7595, 2022.

ROCHA, A.; ÁVILA, H. A. Teoria institucional e modos de entrada de multinacionais de países emergentes. **Revista de Administração de Empresas**, v. 55, p. 246-257, 2015.

ROSS, S. A. The determination of financial structure: the incentive-signalling approach. **The bell Journal of Economics**, p. 23-40, 1977.

SANTOS, L. P. G. dos; SOARES, P. A.; FREITAS, S. C. de; DIAS FILHO, J. M. A influência dos serviços tributários prestados pelo auditor na tax avoidance das empresas: evidências do Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, [S. l.], v. 15, e175839, 2021.

SCHOUERI, Luis Eduardo. Dedutibilidade de doações ao Terceiro Setor. **Revista Jurídica–Unicuritiba**, v. 5, p. 443-484, 2020.

SILVA, Patricia Kunrath; OLIVEN, Ruben George. Filantropocapitalismo versus filantropia para a justiça social: um debate norte-americano sobre como lidar com a pobreza. **Mana**, v. 26, p. e261204, 2020.

SLEMROD, J. The economics of corporate tax selfishness. **National Tax Journal**, v. 57, n. 4, p. 877-899, 2004.

SOARES, R. A. *et al.* Efeito do sistema nacional de negócios sobre a evidenciação social e ambiental: uma comparação entre Brasil e Canadá. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 22, p. 29-47, 2020.

SOUZA, L. K.; FREITAS, L. B. L. A doação na literatura científica nacional: contribuições à psicologia moral. **Psico-USF**, v. 24, n. 1, p. 159-171, 2019.

SPENCE, M. Job market signaling. *In: Uncertainty in economics*. Academic Press, 1978.

SUCHMAN, M. C. Managing legitimacy: strategic and institutional approaches. **Academy of Management Review**, v. 20, n. 3, p. 571-610, 1995.

TUKEY, John W. The future of data analysis. *In: Breakthroughs in Statistics: Methodology and Distribution*. New York, NY: Springer New York, 1962. p. 408-452.

VERRECCHIA, R. E. Essays on disclosure. **Journal of Accounting and Economics**, v. 32, n. 1-3, p. 97-180, 2001.

VON SCHNURBEIN, G.; REY-GARCIA, M.; NEUMAYR, M. Contemporary philanthropy in the spotlight: Pushing the boundaries of research on a global and contested social practice. **International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, v. 32, n. 2, p. 185-193, 2021.

WANG, K.; TANG, Y.; HUANG, X. Keep up with the joneses: founders and family business philanthropy. **Business Ethics, the Environment & Responsibility**, 2025.

WATTS, R. L.; ZIMMERMAN, J. L. **Positive accounting theory**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1986.

WATTS, R. L.; ZIMMERMAN, J. L. Towards a positive theory of the determination of accounting standards. **Accounting review**, p. 112-134, 1978. Disponível em: https://secure.expertsmind.com/attn_files/196_Towards%20a%20Positive%20Theory%20of%20the%20Determination%20of%20Accounting%20Standards.pdf. Acesso em: 11 maio 2025.

WIEPKING, P. The global study of philanthropic behavior. **International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, v. 32, n. 2, p. 194-203, 2021.

WILLIAMSON, A.; LUKE, B. Giving journeys: the role of private foundations. **Nonprofit Management and Leadership**, v. 35, n. 3, p. 593-605, 2025.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. **Econometric analysis of cross section and panel data**. MIT press, 2010.

XU, S. *et al.* Corporate tax avoidance and corporate social responsibility disclosure readability: Evidence from China. **Australian Accounting Review**, v. 32, n. 2, p. 267-289, 2022.

YANG, C. H. Corporate philanthropy and employee wellbeing: do types of corporate philanthropy matter?. **Eurasian Business Review**, v. 12, n. 4, p. 803-828, 2022.

ZHAO, L. Corporate philanthropy as a response to greater tax enforcement. **Accounting and Business Research**, v. 54, n. 1, p. 33-54, 2024.

ZIMMERMAN, J. L. Taxes and firm size. **Journal of Accounting and Economics**, v. 5, p. 119-149, 1983.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ETAPA QUALITATIVA

PROTOCOLO DE PESQUISA

INFLUÊNCIA DAS PRÁTICAS FILANTRÓPICAS NA *TAX AVOIDANCE* DE EMPRESAS BRASILEIRAS

Apresentação do estudo:

O estudo teve por objetivo investigar a existência de influência significativa entre o nível de divulgação de práticas filantrópicas e a execução de práticas de *tax avoidance* praticadas pelas empresas brasileiras listadas na B3, Bolsa de Valores brasileira.

Para tanto, desenvolveu-se análise documental, por meio de etapa qualitativa detalhada no Apêndice A, a fim de analisar o nível de divulgação filantrópica no universo correspondente às empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3) em 2024, que correspondia ao total de setenta e seis empresas, excluindo as empresas financeiras, totalizando 63 empresas analisadas.

A escolha por tal índice deve-se em razão de que este destina-se à destacar empresas que atendem às melhores práticas de sustentabilidade relacionadas às práticas ASG (Ambiental, Social e Governança Corporativa) e oportuniza analisar, de forma aprofundada a divulgação de tais práticas sociais em variados setores da economia.

Assim, a presente etapa de pesquisa de caráter descritivo e documental, foi desenvolvida utilizando as Demonstrações Financeiras no padrão IFRS, em conjunto com Relatórios Integrados, Relatórios de Sustentabilidade, Relatórios de Impacto Social e/ou Relatórios Anuais, ou seja, relatórios de divulgação voluntária, no período compreendido entre 2010 (ano em que as normas de padronização das divulgações contábeis tornou-se obrigatório no Brasil) a 2024 (último ano que teria acesso às informações de forma completa antes da finalização da pesquisa), a fim de assim analisar o nível de divulgação de tais empresas.

Procedimento de coleta de dados:

Para a etapa de análise qualitativa utilizou-se dos dados Demonstrações Financeiras no padrão IFRS (*International Financial Reporting Standards*), publicados entre o período de 2010 a 2024 a fim de codificar termos e imagens, que remetesse às práticas desenvolvidas e divulgadas pelas empresas analisadas, que pudessem ser categorizadas como atividade filantrópica.

Destaca-se que os relatórios referentes ao período 2010 a 2023 foram retirados do portal da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), enquanto que os referentes ao ano 2024 foram obtidos através de respectivos sites destinados à comunicação e transparência com investidores, assim como os relatórios anuais, relatórios de

sustentabilidade, relato integrado e/ou relatórios ESG que divulgaram informações referentes ao exercício compreendido entre 2010 a 2024.

Desse modo, foram analisados 977 Demonstrações Financeiras no padrão IFRS, 177 Relatórios Anuais, 139 Relatos Integrados (ou Relatórios Integrados), 369 Relatórios de Sustentabilidade, totalizando 1662 relatórios contábeis analisados.

Foi utilizada a ferramenta de “pesquisa de texto” presente no programa Atlas TI, como auxílio para identificar palavras-chaves que remetesse à práticas filantrópicas e sua posterior codificação e categorização, bem como as ferramentas de “análise de co-ocorrência”, a fim de evitar dupla codificação e, conseqüentemente, pontuação do nível de filantropia e a “análise de código e documentação”, com o objetivo de totalizar o número de codificações para categorizá-las como “filantropia”.

Procedimento de codificação - *Code book*

Baseando-se nos métodos adotados na pesquisa desenvolvida por Billedeau e Wilson (2023) conjuntamente com às técnicas à codificação e categorização temática desenvolvidas por Gibbs (2009), a categorização inicial partiu utilizando dos termos “doação”, “Lei Rouanet” e “Pronon”.

Após o levantamento inicial, identificou-se que as entidades analisadas divulgaram ações filantrópicas por meio de práticas de voluntariado, em que os colaboradores das instituições dedicam parte de seu tempo para desenvolver atividades sociais nos locais em que as entidades estavam instaladas, por essa razão o termo “voluntariado” também passou a ser norteador para a codificação dos relatórios elencados.

Assim, os termos “doação” e “voluntariado” foram associados à outros termos que indicariam maior completude de informação e, conseqüentemente, um maior nível de detalhamento das ações filantrópicas praticadas. Abaixo encontra-se uma imagem que exemplifica a utilização do programa e a associação de palavras utilizada:

Pesquisa de Texto: Definir Consulta
Pesquisar combinações de palavras e compostos

Documentos selecionados (92)

- D1 IFRS - MDIA3 - 2010
- D2 IFRS - MDIA3 - 2011
- D3 IFRS - MDIA3 - 2012
- D4 IFRS - MDIA3 - 2013
- D5 IFRS - MDIA3 - 2014
- D6 IFRS - MDIA3 - 2015
- D7 IFRS - MDIA3 - 2016
- D8 IFRS - MDIA3 - 2017
- D9 IFRS - MDIA3 - 2018
- D10 IFRS - MDIA3 - 2019
- D11 IFRS - MDIA3 - 2020
- D12 IFRS - MDIA3 - 2021
- D13 IFRS - MDIA3 - 2022
- D14 IFRS - MDIA3 - 2023
- D15 IFRS - MDIA3 - 2024
- D16 IFRS - MGLU3 - 2010
- D17 IFRS - MGLU3 - 2011
- D18 IFRS - MGLU3 - 2012
- D19 IFRS - MGLU3 - 2013
- D20 IFRS - MGLU3 - 2014
- D21 IFRS - MGLU3 - 2015
- D22 IFRS - MGLU3 - 2016

Encontrar **Parágrafos** que contém o seguinte:

doação Sinônimos 0/4

E **alimento** Sinônimos 0/44

Adicionar

☒ **Incluir formas flexionadas**
Localizar todas as formas flexionadas de uma palavra. Por exemplo, pesquisar parágrafos com "executar" incluirá automaticamente parágrafos com "executando", "executa" e "executou".

Melhore seus resultados usando modelos de aprendizado de máquina mais abrangentes para estes idiomas:
Português
Gerenciar Modelos

Localizar parágrafos que contenham todas as formas flexionadas de:

doação E
alimento

Voltar **Mostrar Resultados**

O termo “doação” foi utilizado em conjunto com “educação”, “escola”, “saúde”, “hospital”, “esporte”, “covid”, “mulher”, “criança”, “idoso”, “desastre”, “chuva”, “enchente”, “vulnerabilidade”, “alimento”, “roupa”, “higiene”, “sangue”. Enquanto que o termo “voluntariado” foi associado aos termos “educação”, “escola”, “saúde”, “hospital”, “esporte”, “covid”, “mulher”, “criança”, “idoso”, “desastre”, “chuva”, “enchente”, “vulnerabilidade”. Os termos “OSCIP”, “OSC” foram pesquisados de forma independente.

A partir de tais associações de palavras, o programa Atlas TI destacava trechos correspondentes, os quais eram verificados a fim de confirmar a relação com práticas filantrópicas, realizando assim sua codificação ou desconsideração do trecho, caso não houvesse relação com a filantropia corporativa.

Além de tais expressões, a palavra “lei” também foi utilizada em buscas, colocando-a em associação com os termos “esporte” e “idoso”, a fim de identificar práticas filantrópicas motivadas por leis de incentivo fiscal, que em tais casos correspondiam a Lei nº 12.213/2010 (Fundo Nacional do Idoso) e a Lei nº 11.438/2006 (Lei de Incentivo ao Esporte), a qual foi revogada ao longo do desenvolvimento da presente pesquisa, vez que foi incorporada como política pública através da Lei Complementar nº 222, de 26 de novembro de 2025.

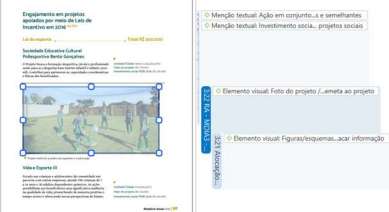
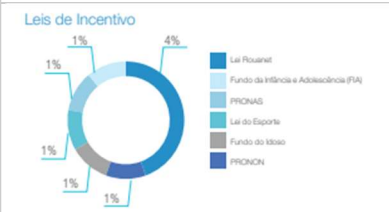
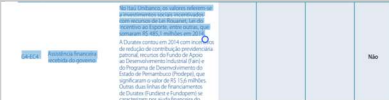
Outros termos “Pronas”, “FIA” e “Fumcad” também foram identificados e adicionados à pesquisa e codificação, já que também tratam-se de siglas destinadas à indicar atividades sociais incentivadas por meio de benefício tributário, assim como “Lei Rouanet” e “Pronon”.

A Lei Rouanet, estabelecida através da Lei nº 8.313/1991, concede benefícios fiscais como contrapartida ao investimento destinado à projetos culturais que contribuem para melhoria social.

O Pronon (instituído pela Lei nº 12.715/2012) permite a destinação de até 1% do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) para financiar projetos relacionados à área oncológica, enquanto que o Pronas (oriundo da Lei nº 12.715/2012) permite a destinação do mesmo percentual do IRPJ, porém para apoiar projetos relacionados a políticas de saúde e inclusão destinadas aos PCD (Pessoa com Deficiência), o FIA (Fundo para a Infância e Adolescência), destina doações por meio do IRPJ à projetos relacionados a promoção dos direitos de crianças e adolescentes, também podendo ser identificado como FUMCAD (Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente), norteados pelas leis nº 8.069/90, nº 4.320/1964 e nº 14.692/2023.

Além disso, também categorizou a presença de imagens que destacasse a atividade filantrópica, assim como a presença de elementos que destacasse informação relacionada à ela, vez que pesquisas como a de Helfaya, Whittington, e Alawattage (2019) evidenciam que a presença de elementos visuais aumentam a qualidade da informação divulgada, razão pela qual a presença de tais elementos foi considerada como elemento que amplia o nível de informação. Ressalta-se que considerou apenas a presença de ao menos uma foto ou figura por página e uma tabela, ou destaque de frase por página.

Desse modo, o nível de filantropia corresponde ao número de ocorrências de codificações realizadas de forma manual e totalizado pelo programa Atlas TI e assim, todos a codificação realizada foi categorizada como “filantropia”:

Código	Descrição	Exemplo (imagens retiradas dos relatórios analisados)
Grafia ou esquemas para destacar informação	Presença de palavra ou número em evidência na página ou em tabela ou esquema para destacar a informação	
Foto / imagem que remeta ao projeto	Presença de desenho ou foto que remeta à informação	
FIA ou Fumcad - Fundo da infância e da adolescência	Menção textual ou em tabela relacionado à prática fiscal	
Lei de incentivo ao esporte	Menção textual ou em tabela relacionado à prática fiscal	Em Bento Gonçalves (RS) e Jundiá (SP), a Duratex utilizou a Lei de Incentivo ao Esporte (Lei nº 11.438/06) para patrocinar a prática do voleibol nas categorias de base e o incentivo ao tênis para cadeirantes. O total investido chegou a R\$ 64 mil.
Lei do idoso	Menção textual ou em tabela relacionado à prática fiscal	Lei de Incentivo Fiscal O repasse de verba incentivada é realizado por meio das leis de incentivo em níveis estadual ou municipal. Atualmente, os projetos sociais que recebem aporte se enquadram nas leis da Criança e Adolescente e do Idoso. Anualmente, realizamos a abertura de edital para seleção das instituições e projetos sociais.
Lei Rouanet	Menção textual ou em tabela relacionado à prática fiscal	
Outros incentivos fiscais ou incentivo não especificado	Menção textual ou em tabela relacionado à prática fiscal	3.119 iniciativas para mais de 1,1 milhão de pessoas. Ainda dentro do nosso pilar de responsabilidade social, também contribuímos, via leis de incentivo, para a promoção da cultura, educação e capacitação do País. Somente no último ano os investimentos nessa frente somam mais de R\$ 2 milhões, através de uma série de iniciativas.

Pronas	Menção textual ou em tabela relacionado à prática fiscal	nas comunidades, o Grupo continuou desenvolvendo ações emergenciais. Além disso, no âmbito local e nacional, os projetos incentivados continuam a ser desenvolvidos em favor das diferentes leis de incentivo (Fundo do Idoso, Lei de Incentivo à Cultura, Lei de Incentivo ao Esporte, Fundo Municipal da Criança e do Adolescente – Funcoad, Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica – Pronon e Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência – Pronas – PcD), sendo dada prioridade aos que estão alinhados com as grandes áreas estratégicas. O Instituto está pilotando alguns projetos em foco em
Pronon	Menção textual ou em tabela relacionado à prática fiscal	Programas de incentivos fiscais Em 2020, o investimento social privado torna-se ainda mais relevante, fomentando iniciativas necessárias para a travessia deste período de dificuldades. No período, os recursos destinados por meio de verbas incentivadas advindas de benefícios fiscais, como Lei Rouanet (cultura), Lei Federal de Incentivo ao Esporte (esporte), Lei do Idoso (idoso), PRONAS (saúde), PRONON (saúde) e FUMCAD (educação) representaram aproximadamente 5% do total do investimento social privado do Itaú Unibanco.
Ação destinada à crianças e adolescentes	Descrição de prática destinada à atender as necessidades de crianças e adolescentes	Turma da Bolsa – Iniciativa para os filhos (de 5 a 11 anos) conhecerem o local onde seus pais trabalham e participarem de atividades recreativas e educativas durante um dia. Em 2013, com o tema Viagem à Galáxia, as crianças conheceram diferentes lugares – como o planeta do brinquedo e o planeta do bem – além de receber livros e gibis, trazidos por funcionários, estagiários e colaboradores, para doação ao Espaço Esportivo e Cultural BM&FBOVESPA (localizada em Paraisópolis) e à Associação Profissionalizante. Estiveram presentes 170 crianças.
Ação destinada a idosos	Descrição de prática destinada à atender as necessidades de idosos	Por meio de doações financeiras, materiais e trabalho voluntário, o Semeiar apoia ONGs e instituições, beneficiando crianças, jovens e idosos, enquanto fortalece o compromisso coletivo com a construção de um futuro melhor. Atualmente, contamos com 28 equipes pelo Brasil, beneficiando 42 ONGs pelas campanhas de arrecadação.
Ação destinada a jovens	Descrição de prática destinada à atender as necessidades de jovens	Em 2022, investimos R\$ 58 milhões e beneficiamos 2,2 milhões de pessoas entre crianças, jovens e educadores.
Covid19 - Pandemia	Ação desenvolvida em razão da pandemia	Atuamos com a doação de recursos humanos e infraestrutura para processamento de 2 milhões de exames RT-PCR para detecção da Covid-19 ao Sistema Único de Saúde (SUS). Também dedicamos 6.240 horas de treinamentos de 84 profissionais e atendemos 794 associações, em 26 estados, que beneficiaram 40 mil pessoas.

Cultura	Ação que visa a melhoria social através da cultura	Nesse sentido, em 2016 realizamos uma série de doações a instituições sem fins lucrativos, órgãos públicos e até mesmo para organizações privadas que buscam fortalecer iniciativas que valorizam a cultura, a educação, o esporte, a mobilidade urbana, entre outras ações que geram valor à sociedade.
Data comemorativa	Ação realizada em decorrência de data comemorativa	▪ Árvore da Solidariedade – A ação ajudou 41 instituições em 41 municípios, com entrega de presentes de Natal a crianças e idosos, doados pelos empregados da Neoenergia.
Dignidade/qualidade de vida	Ação que visa promover a dignidade ou melhoria da qualidade de vida de parcela da sociedade	Doação de recursos para a compra de equipamentos de proteção individual (EPIs) e produtos de higiene e limpeza para moradores de rua e dependentes químicos que vivem no centro da capital paulista. Nessa ação, a B3 conta com a parceria da ONG Missão Belém.
Doação de alimento	Ação destinada à doação de alimentos	Alimentando Vidas Em 2024, desenvolvemos o Projeto Alimentando Vidas, inspirado pelos princípios da Lei nº 14.016/2020. A iniciativa tem como objetivo combater o desperdício de alimentos e reduzir a insegurança alimentar entre populações em situação de vulnerabilidade, através da doação de alimentos não consumidos em nossos restaurantes.
Doação de bens/produtos	Ação destinada à doação de bens arrecadados ou produtos da própria corporação	Em 2017, foram doados R\$ 4.786,821,00 em produtos (R\$ 487 mil em 2016 e R\$ 696 mil em 2015) distribuídos no decorrer do ano em 164 organizações (120 em 2016 e 63 em 2015) localizadas no entorno das unidades fabris e dos centros de distribuição.
Educação	Ação destinada ao acesso à educação	Alguns sócios do BTG Pactual apoiam o Instituto por meio da doação de bolsas de estudos completas, incluindo mensalidade, moradia, alimentação, transporte, notebook e curso de inglês. Além disso, recebemos mais de 140 alunos do Inteli para um estágio de férias com as áreas de tecnologia do Banco e realizamos mentorias com 29 alunos bolsistas com colaboradores de alta liderança do BTG Pactual.
Esporte	Ação destinada à melhoria da realidade social através do esporte	Fortalecimento de pequenas instituições para promoção de atividades esportivas.
Eventos adversos, exceto pandemia covid19	Ações motivadas por desastres, exceto à Covid-19	Em dezembro, o Instituto C&A contribuiu para a mitigação dos estragos causados pelas chuvas no sul da Bahia. Além de doar R\$ 30 mil reais para a compra de itens como cestas básicas, produtos de higiene e itens domésticos, nossa entidade também promoveu mobilizações para o envio de peças de roupas arrecadadas no Movimento ReCiclo e uma campanha para arrecadação de doações junto aos clientes C&A.
Incentivo à doação para colaboradores e terceiros	Ações realizadas através de colaboração de clientes ou funcionários da entidade	colaboradores. Tudo isso por meio de atividades como workshops, reformas de espaços públicos e campanhas para doação de sangue – além da participação em movimentos solidários junto às comunidades.
Investimento social / projetos sociais	Ações que aplicam investimentos para promover projetos sociais	Além disso, realizamos ao longo do ano campanhas de doações de roupas sociais que arrecadaram mais de 900 peças. Os itens foram doados à Ensino Social Profissionalizante (Espro), uma organização sem fins lucrativos que promove a capacitação profissional de jovens em situação de vulnerabilidade social.
Mercado de trabalho / profissionalização	Ações que tem como finalidade a capacitação ou auxílio ao ingresso no	No pilar social, contamos com o Instituto C&A, que atua há mais de 30 anos no Brasil, fortalecendo comunidades por meio da moda - desenvolvendo ações voluntárias, projetos de fomento ao empreendedorismo e à empregabilidade no setor.

	mercado de trabalho			
Práticas de igualdade de gênero/valorização feminina	Ações que tem o público feminino como alvo do projeto social	Já em relação à nossa cadeia, produtos e serviços, avançamos na diversidade e inclusão por meio do Instituto Lojas Renner, que há 14 anos faz a gestão do nosso investimento social privado, direcionado tanto ao desenvolvimento de comunidades, quanto à geração de renda, capacitação e apoio ao empreendedorismo de mulheres no ecossistema da moda.		
Saúde	Ações que visam promover ou contribuir com entidades de saúde	<table><tr><td>Filantropia</td><td>Apoia institucionalmente organizações da sociedade civil que tenham foco na saúde e na assistência social.</td></tr></table>	Filantropia	Apoia institucionalmente organizações da sociedade civil que tenham foco na saúde e na assistência social.
Filantropia	Apoia institucionalmente organizações da sociedade civil que tenham foco na saúde e na assistência social.			
Voluntariado	Ações desempenhadas pelos colaboradores da entidade analisada	Entre as ações realizadas pelo GAS estão a arrecadação de material escolar, brinquedos, mantimentos e itens de higiene para entidades que beneficiem crianças, idosos e pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade social, bem como para campanha emergencial em prol das pessoas impactadas por enchentes no Rio Grande do Sul. Além disso, priorizamos iniciativas que promovam impacto social por meio de experiências de voluntariado, incluindo doações de sangue, mutirão de revitalização de entidades do terceiro setor, como a SOS Aldeias Infantis, assim como ações realizadas após a caracterização territorial de cada unidade. beneficiadas  421 voluntários cadastrados  3.403 horas de trabalho voluntário		
Vulnerabilidade social	Ações destinadas à contribuir com pessoas em condição de vulnerabilidade social	Habitat – Instituição que trabalha com foco na habitação, em defesa da causa da moradia acessível para todos, da promoção da dignidade e da esperança, do apoio ao desenvolvimento sustentável e da mobilização para o voluntariado transformador, através de mutirões de reforma e construção em comunidades em situação de vulnerabilidade, em diversos municípios brasileiros.		
OSCIP	Indica que houve doação destinada à Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público	parceria com o Instituto de Educação Portal (IEP). Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) sem fins lucrativos. Além de contribuir para o desenvolvimento de habilidades e competências dos estudantes, a Companhia também incentiva		
OSC	Indica que houve doação destinada à Organizações da Sociedade Civil	Disposta a atuar como propulsora do desenvolvimento local, a Aeris foca suas práticas de responsabilidade social corporativa no apoio às comunidades onde está inserida, nos municípios de Caucaia, São Gonçalo do Amarante e Fortaleza (CE). Para balizar o desenvolvimento das atividades, entre 2019 e 2020, a Companhia promoveu um diagnóstico das principais demandas dessas comunidades, com destaque para as requeridas por escolas públicas da região. Ao todo, foram realizadas 104 visitas técnicas nos três municípios, entre escolas, Organizações da Sociedade Civil(OSC)e outras entidades comunitárias.		

REFERÊNCIAS

BILLEDEAU, David Benjamin; WILSON, Jeffrey. Assessing the impact of the sustainable development goals on corporate philanthropy: A study of Canada's leading private sector companies. **Business Strategy & Development**, v. 7, n. 1, 2024. <https://doi.org/10.1002/bsd2.315>.

GIBBS, Graham; FLICK, Uwe. **Análise de dados qualitativos. (Métodos de pesquisa)**. Porto Alegre: Bookman, 2009. E-book. p.S1:64. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536321332/>. Acesso em: 15 jan. 2026.

HELFAYA, Akrum; WHITTINGTON, Mark; ALAWATTAGE, Chandana. Exploring the quality of corporate environmental reporting: Surveying preparers' and users' perceptions. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 32, n. 1, p. 163-193, 2019. <https://doi-org.ez15.periodicos.capes.gov.br/10.1108/AAAJ-04-2015-2023>.

APÊNDICE B - ETAPA QUANTITATIVA

Tabela 1 - Estatística Descritiva Completa das Variáveis

Variável	N	Média	DP	Min	Mediana	Max
ETR.total	670	0.2679	0.5210	-1.07	0.18	8.02
ETR.Corrente	670	0.3257	1.5545	-9.14	0.19	34.81
FILANT	825	8.7382	12.7254	0.00	4.00	125.00
TAM	712	10.1352	0.5303	8.08	10.15	11.46
ROA	709	0.0753	0.0563	0.00	0.06	0.48
ALAV	709	0.0955	0.0512	0.00	0.09	0.49
INTG	537	0.1520	0.1809	0.00	0.08	0.77
INTINV	711	0.0839	0.1094	0.00	0.04	0.59

Fonte: Elaboração própria (2026).

Tabela 2 - Estatística Descritiva Completa das Variáveis Winsorizadas

Variavel	N	Media	DP	Min	Mediana	Max
ETR.total_w	670	0.2577	0.3882	-0.2241	0.18	3.1464
ETR.Corrente_w	670	0.2744	0.4938	-0.7462	0.19	3.2078
TAM_w	712	10.1366	0.5204	8.7277	10.15	11.2278
ROA_w	709	0.0745	0.0525	0.0000	0.06	0.2400
ALAV_w	709	0.0946	0.0468	0.0200	0.09	0.2500
INTG_w	537	0.1518	0.1803	0.0000	0.08	0.7300
INTINV_w	711	0.0835	0.1075	0.0000	0.04	0.4790

Fonte: Elaboração própria (2026).

Tabela 3 - Estatísticas da distribuição amostral das variáveis dependentes

Variavel	N	Média	DP	Min	Max	Assimetria
ETR.total	670	0.2678955	0.5210446	-1.07	8.02	8.231625
ETR.total_t runc	670	0.2295522	0.2005130	0.00	1.00	1.874492
ETR.Corre nte	670	0.3257015	1.5544858	-9.14	34.81	16.594724
ETR.Corre nte_trunc	670	0.2610000	0.2719734	0.00	1.00	1.408124

Fonte: Elaboração própria (2026).

TESTE DE NORMALIDADE – SHAPIRO–WILK

Variável: ETR.total (bruta)
 Shapiro-Wilk normality test
 data: `etr_total_bruta`
 $W = 0.37595$, $p\text{-value} < 2.2e-16$

TESTE DE NORMALIDADE – SHAPIRO–WILK

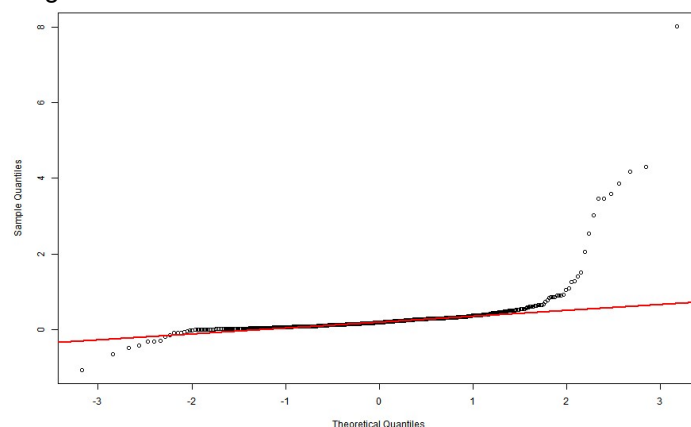
Variável: ETR.Corrente (bruta)
 Shapiro-Wilk normality test
 data: `etr_corrente_bruta`
 $W = 0.20346$, $p\text{-value} < 2.2e-16$

Teste de normalidade em Q-Q Plot da ETR total e corrente

Abaixo encontra-se representado graficamente através de *boxplots* de apenas os efeitos da winsorização das ETR total e corrente, a título exemplificativo. Por meio da representação gráfica, fica evidenciada a forte influência dos valores extremos que comprometiam a visualização central dos dados.

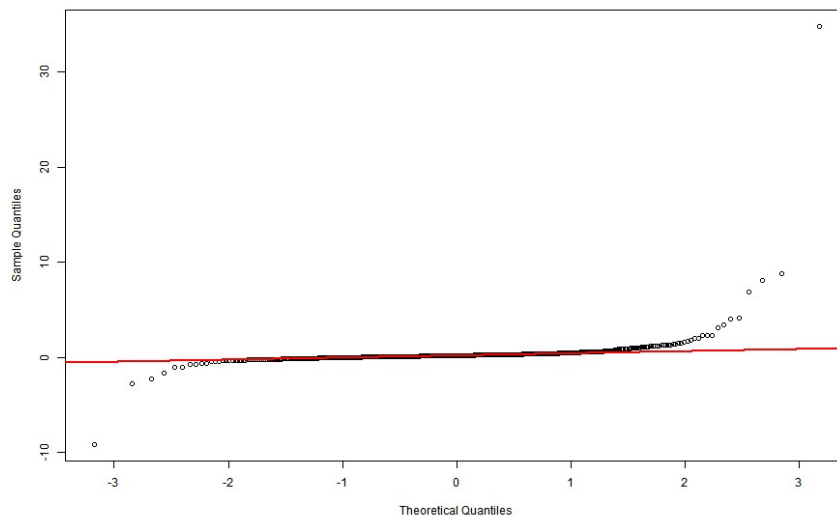
Após a winsorização a amplitude da distribuição dos *outliers* foi reduzida, permitindo identificar com menor dificuldade a mediana, sem exclusão de observações.

Figura 1 - Teste de normalidade em Q-Q Plot da ETR total



Fonte: Elaboração própria (2026).

Figura 2 - Teste de normalidade em Q-Q Plot da ETR corrente



Fonte: Elaboração própria (2026).

TESTES DE SELEÇÃO DE MODELO – ETR.total_trunc

Modelo: $\text{ETR.total_trunc} \sim \text{FILANT} + \text{TAM_w} + \text{RO\AA_w} + \text{ALAV_w} + \text{INTG_w} + \text{INTINV_w}$

=====

1) TESTE F (Chow) – *Pooled* vs Efeitos Fixos

F test for individual effects

data: form

$F = 4.8653$, $df1 = 54$, $df2 = 472$, $p\text{-value} < 2.2e-16$

alternative hypothesis: significant effects

=====

2) TESTE BREUSCH-PAGAN LM – *Pooled* vs Efeitos Aleatórios

Lagrange Multiplier Test - (Breusch-Pagan)

data: form

$\text{chisq} = 157.23$, $df = 1$, $p\text{-value} < 2.2e-16$

alternative hypothesis: significant effects

=====

3) TESTE DE HAUSMAN – Efeitos Fixos vs Efeitos Aleatórios

Hausman Test

data: form

$\text{chisq} = 20.619$, $df = 6$, $p\text{-value} = 0.002148$

alternative hypothesis: one model is inconsistent

TESTES DE ESPECIFICAÇÃO DO MODELO – ETR.Corrente_trunc

Modelo estimado:

ETR.Corrente_trunc ~ FILANT + TAM_w + ROA_w + ALAV_w + INTG_w + INTINV_w

=====

1) TESTE F (Chow) – *Pooled* vs Efeitos Fixos

Hipótese nula (H0): ausência de efeitos fixos (modelo *pooled* adequado)

F test for individual effects

data: form_corr

F = 4.0918, df1 = 54, df2 = 472, p-value < 2.2e-16

alternative hypothesis: significant effects

=====

2) TESTE BREUSCH-PAGAN LM – *Pooled* vs Efeitos Aleatórios

Hipótese nula (H0): ausência de efeitos aleatórios (modelo *pooled* adequado)

Lagrange Multiplier Test - (Breusch-Pagan)

data: form_corr

chisq = 107.62, df = 1, p-value < 2.2e-16

alternative hypothesis: significant effects

=====

3) TESTE DE HAUSMAN – Efeitos Fixos vs Efeitos Aleatórios

Hipótese nula (H0): modelo de efeitos aleatórios é consistente

Hausman Test

data: form_corr

chisq = 23.026, df = 6, p-value = 0.0007879

alternative hypothesis: one model is inconsistent

Tabela 4 - Modelo Efeitos Fixos - considerando todas as empresas (ETR.total_trunc)

Variável	Coeficiente	Erro_Padiao	t	p_valor	Sig
FILANT	-0.0003004965	0.0006968468	-0.4312233	0.66650291443	
TAM_w	-0.0734728604	0.0325727579	-2.2556537	0.02454942223	*
ROA_w	-1.9031626538	0.4378646664	-4.3464632	0.00001695553	***
ALAV_w	0.1235583242	0.4729962266	0.2612248	0.79403312908	

Variável	Coeficiente	Erro_Padiao	t	p_valor	Sig
INTG_w	-0.0499943880	0.1182065308	-0.4229410	0.67253093422	
INTINV_w	0.5759340510	0.2555415083	2.2537789	0.02466808589	*
Cód. signif.: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1					
Fonte: Elaboração própria (2026).					

Tabela 5 - Modelo *Pooled* - considerando todas as empresas (ETR.total_trunc)

Variável	Coeficiente	Erro_Padiao	t	p_valor	Sig
(Intercept)	0.336011579	0.1674279253	2.0069028	0.0452712133324	*
FILANT	-0.001063144	0.0006072652	-1.7507085	0.0805790880296	.
TAM_w	-0.006229621	0.0163503766	-0.3810078	0.7033512860269	
ROA_w	-1.747934424	0.3316403905	-5.2705716	0.0000001988113	***
ALAV_w	0.837741814	0.3854007828	2.1736900	0.0301737283793	*
INTG_w	0.125192913	0.0504833432	2.4798855	0.0134544257594	*
INTINV_w	0.066332228	0.0859773675	0.7715080	0.4407523216586	
Cód. signif.: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1					
Fonte: Elaboração própria (2026).					

Tabela 6 - Modelo Efeitos Fixos (ETR.Corrente_trunc)

Variável	Coeficiente	Erro_Padiao	t	p_valor	Sig
FILANT	0.0001330604	0.0009661717	0.1377192	0.89052103692190832	
TAM_w	-0.1273213071	0.0451618299	-2.8192238	0.00501641046319693	**
ROA_w	-4.1298668578	0.6070953424	-6.8026660	0.00000000003120971	***
ALAV_w	1.2524112458	0.6558049283	1.9097314	0.05677369782449873	.
INTG_w	-0.0421239692	0.1638922704	-0.2570223	0.79727355563729030	
INTINV_w	0.4191117541	0.3543059565	1.1829091	0.23744064749354732	

Variável	Coeficiente	Erro_Padiao	t	p_valor	Sig
Cód. signif.: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1 Fonte: Elaboração própria (2026).					

Tabela 7 - Modelo *Pooled* (ETR.corrente_trunc)

Variável	Coeficiente	Erro_Padiao	t	p_valor	Sig
(Intercept)	0.4690036075	0.225442921	2.0803652	0.0379755044480312	*
FILANT	-0.0008347072	0.000817687	-1.0208150	0.3078113403051145	
TAM_w	-0.0097677115	0.022015901	-0.4436662	0.6574663693229954	
ROA_w	-2.8094765423	0.446556202	-6.2914288	0.0000000006627038	***
ALAV_w	1.1385409115	0.518944962	2.1939531	0.0286754832012784	*
INTG_w	0.0868890170	0.067976189	1.2782272	0.2017330654921676	
INTINV_w	0.0249684312	0.115769152	0.2156743	0.8293252368359522	

Cód. signif.: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
Fonte: Elaboração própria (2026).

Tabelas – ETR.total_trunc | painel_doadores (FILANT > 0)

Setor como dummies: Setor

Modelo: FILANT + TAM_w + ROA_w + ALAV_w + INTG_w + INTINV_w +
dummies(setor)

Tabela 8 - *Pooled* (com dummies para setor)

Variável	Coeficiente	Erro_Padiao	Estatistica	p_valor	Sig
(Intercept)	0.610063242	0.2256216187	2.7039219	0.00714952611761	**
FILANT	-0.001467849	0.0006366164	-2.3057046	0.02164575830511	*
TAM_w	-0.016717330	0.0218232848	-0.7660318	0.44411607447820	
ROA_w	-1.528201527	0.3851747983	-3.9675533	0.00008627128589	***
ALAV_w	0.344930213	0.4435141531	0.7777209	0.43720032437673	
INTG_w	0.146958271	0.0610384705	2.4076336	0.01651512596285	*

Variável	Coeficiente	Erro_Padiao	Estatistica	p_valor	Sig
INTINV_w	0.105102363	0.1203668524	0.8731836	0.38309486213947	
SetorComunicações	-0.199694204	0.0729788577	-2.7363295	0.00649398649429	**
SetorConsumo cíclico	-0.175830734	0.0346429870	-5.0755073	0.00000059693007	***
SetorConsumo nao cíclico	-0.194517329	0.0334153044	-5.8212048	0.00000001212480	***
SetorMateriais básicos	-0.137113144	0.0388922835	-3.5254588	0.00047245167308	***
SetorPetróleo gás e biocombustíveis	-0.064650993	0.0603634444	-1.0710289	0.28481206914798	
SetorSaúde	-0.294388042	0.0455648389	-6.4608599	0.00000000030751	***
SetorUtilidade pública	-0.112423722	0.0309250959	-3.6353557	0.00031440602554	***

Cód. signif.: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
 Fonte: Elaboração própria (2026).

Tabelas – ETR.Corrente_trunc | painel_doadores (FILANT > 0)
 Setor como dummies: Setor
 Modelo: FILANT + TAM_w + ROA_w + ALAV_w + INTG_w + INTINV_w +
 dummies(setor)

Tabela 9 - *Pooled* (com dummies para setor)

Variável	Coeficiente	Erro_Padiao	Estatistica	p_valor	Sig
(Intercept)	0.569989079	0.306444431	1.8600080	0.0636293952313	.
FILANT	-0.001033507	0.000864667	-1.1952657	0.2327021871657	
TAM_w	-0.004697286	0.029640883	-0.1584732	0.8741651155536	
ROA_w	-2.644328938	0.523153201	-5.0545976	0.0000006617172	***
ALAV_w	0.625698845	0.602391044	1.0386921	0.2995849397962	
INTG_w	0.148948778	0.082903844	1.7966450	0.0731578187532	.
INTINV_w	-0.021792791	0.163485006	-0.1333015	0.8940230230773	
SetorComunicações	-0.111878530	0.099121550	-1.1287004	0.2597110303429	

Variável	Coeficiente	Erro_Padiao	Estatistica	p_valor	Sig
SetorConsumo cíclico	-0.129906978	0.047052896	-2.7608711	0.0060342210857	**
SetorConsumo nao cíclico	-0.169773126	0.045385429	-3.7406967	0.0002107552871	***
SetorMateriais básicos	-0.100678988	0.052824387	-1.9059187	0.0573882126864	.
SetoPetróleo gás e biocombustíveis	0.076284722	0.081987008	0.9304489	0.3527084398420	
SetorSaúde	-0.272484854	0.061887204	-4.4029272	0.0000137749885	***
SetorUtilidade pública	-0.131693624	0.042003171	-3.1353258	0.0018453403151	**

Cód. signif.: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
 Fonte: Elaboração própria (2026).

Tabelas – Regressão Quantílica (ETR.total_trunc)

Quantis: 0.25 | 0.50 | 0.75

Tabela 10 – Regressão quantílica para ETR total - Quantil 0.25

Variável	Coeficiente	Erro_Padiao	Estatistica	p_valor	Sig
(Intercept)	-0.1499352725	0.1336780294	-1.121615	0.26253797	
FILANT	-0.0008060685	0.0003946882	-2.042292	0.04162072	*
TAM_w	0.0216057519	0.0131343384	1.644982	0.10057093	
ROA_w	-0.2384108407	0.2281441472	-1.045001	0.29650254	
ALAV_w	0.3276323115	0.2703453605	1.211903	0.22609368	
INTG_w	0.1357553947	0.0747797396	1.815403	0.07003124	.
INTINV_w	0.1379583667	0.0459463584	3.002596	0.00280415	**

Cód. signif.: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
 Fonte: Elaboração própria (2026).

Tabela 11 – Regressão quantílica para ETR total - Quantil 0.5

Variável	Coeficiente	Erro_Padiao	Estatistica	p_valor	Sig
(Intercept)	0.3018878353	0.1816414656	1.6619985	0.09710887542	.

Variável	Coeficiente	Erro_Padrao	Estatistica	p_valor	Sig
FILANT	-0.0009761488	0.0005528407	-1.7656964	0.07802689002	.
TAM_w	-0.0143964807	0.0178119476	-0.8082485	0.41931290416	
ROA_w	-1.3332603744	0.3319363079	-4.0166151	0.00006764283	***
ALAV_w	1.2968426342	0.3402893978	3.8109992	0.00015477260	***
INTG_w	0.1338914975	0.0562830953	2.3788936	0.01772056362	*
INTINV_w	0.0332731754	0.0655494725	0.5076040	0.61194384086	

Cód. signif.: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
Fonte: Elaboração própria (2026).

Tabela 12 – Regressão quantílica para ETR total - Quantil 0.75

Variável	Coeficiente	Erro_Padrao	Estatistica	p_valor	Sig
(Intercept)	0.8286711962	0.2443433964	3.3914205	0.0007476073946084	***
FILANT	-0.0007981024	0.0009261204	-0.8617696	0.3892069927119124	
TAM_w	-0.0446588233	0.0229599776	-1.9450726	0.0522987313993797	.
ROA_w	-2.4297922060	0.3695178957	-6.5755738	0.0000000001170553	***
ALAV_w	1.5729605820	0.3952510048	3.9796498	0.0000787081425162	***
INTG_w	0.0619700167	0.0605841999	1.0228742	0.3068375086783859	
INTINV_w	-0.1817255600	0.1388723771	-1.3085796	0.1912482598851895	

Cód. signif.: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
Fonte: Elaboração própria (2026).

Tabelas – Regressão Quantílica (ETR.Corrente_trunc)
Quantis: 0.25 | 0.50 | 0.75

Tabela 13 – Regressão quantílica para ETR corrente - Quantil 0.25

Variável	Coeficiente	Erro_Padrao	Estatistica	p_valor	Sig
(Intercept)	0.1338211481	0.1930833225	0.6930746	0.48856862969	

Variável	Coeficiente	Erro_Padiao	Estatistica	p_valor	Sig
FILANT	-0.0007031762	0.0004535871	-1.5502562	0.12168148096	
TAM_w	-0.0120398078	0.0178694298	-0.6737656	0.50075627893	
ROA_w	-0.3584812024	0.2983425780	-1.2015757	0.23006866726	
ALAV_w	0.4312492278	0.3258139983	1.3236056	0.18620904488	
INTG_w	0.2413465574	0.0721491579	3.3451057	0.00088121182	***
INTINV_w	0.2805492548	0.0677778428	4.1392473	0.00004057575	***
Cód. signif.: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1 Fonte: Elaboração própria (2026).					

Tabela 14 – Regressão quantílica para ETR corrente - Quantil 0.5

Variável	Coeficiente	Erro_Padiao	Estatistica	p_valor	Sig
(Intercept)	0.4240277848	0.2846131315	1.4898391	0.136865891577	
FILANT	-0.0008205995	0.0009679973	-0.8477291	0.396974442086	
TAM_w	-0.0215003348	0.0280978782	-0.7651942	0.444499068391	
ROA_w	-1.9683130494	0.4275366006	-4.6038469	0.000005206378	***
ALAV_w	1.5733680893	0.5106226991	3.0812733	0.002169084687	**
INTG_w	0.1093701829	0.0764076688	1.4314032	0.152908562285	
INTINV_w	0.0301148005	0.1049981176	0.2868128	0.774368629024	
Cód. signif.: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1 Fonte: Elaboração própria (2026).					

Tabela 15 – Regressão quantílica para ETR corrente - Quantil 0.75

Variável	Coeficiente	Erro_Padiao	Estatistica	p_valor	Sig
(Intercept)	0.968633798	0.325903381	2.97215020	0.0030926125653759	**
FILANT	-0.002299194	0.001200265	-1.91557202	0.0559614576033145	.

Variável	Coeficiente	Erro_Padiao	Estatistica	p_valor	Sig
TAM_w	-0.041366196	0.030457413	-1.35816510	0.1749935517883205	
ROA_w	-3.528297703	0.551263277	-6.40038590	0.0000000003433953	***
ALAV_w	1.658186394	0.554921903	2.98814371	0.0029378617317619	**
INTG_w	0.006215051	0.131683359	0.04719694	0.9623741826959495	
INTINV_w	-0.087389473	0.230360814	-0.37935911	0.7045743085699017	

Cód. signif.: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
 Fonte: Elaboração própria (2026).

Tabelas – Regressão Quantílica (ETR.total_trunc) com FE de Setor e Ano

Quantis: 0.25 | 0.50 | 0.75

FE via dummies: Setor = Setor | Ano = Ano

Tabela 16 – Regressão Quantílica com FE de Setor e Ano ETR total - Quantil 0.25

Variavel	Coeficiente	Erro_Padiao	Estatistica	p_valor	Sig
(Intercept)	0.1336560267	0.146025003	0.9152955	0.360473363398 374325	
FILANT	-0.0007602437	0.000388538	- 1.9566779	0.050936006584 466398	.
TAM_w	0.0074762317	0.015479432	0.4829784	0.629320362716 914383	
ROA_w	-0.3533258362	0.226276605	- 1.5614775	0.119037540800 862818	
ALAV_w	0.2697305666	0.269139412	1.0021965	0.316728679557 777948	
INTG_w	0.1536553146	0.045705293	3.3618713	0.000832867358 995015	***
INTINV_w	0.2016682844	0.057438951	3.5110022	0.000486409408 079869	***
factor(Setor)Comun icações	-0.1227716541	0.034830386	- 3.5248434	0.000462270827 274791	***
factor(Setor)Consu mo cíclico	-0.1334724687	0.023006237	- 5.8015776	0.000000011604 327055	***
factor(Setor)Consu mo nao cíclico	-0.1529414624	0.026323418	- 5.8100913	0.000000011064 515082	***
factor(Setor)Materia is básicos	-0.1187665540	0.031052935	- 3.8246483	0.000147344280 263750	***

Variavel	Coeficiente	Erro_Padrao	Estatistica	p_valor	Sig
factor(Setor)Petróleo o gás e biocombustíveis	-0.0909864912	0.066465303	- 1.3689322	0.171629051895 923590	
factor(Setor)Saúde	-0.2489736546	0.034854935	- 7.1431393	0.000000000003 202771	***
factor(Setor)Utilidad e pública	-0.0576411404	0.025778247	- 2.2360381	0.025785314329 942022	*
factor(Ano)2011	0.0249906705	0.040997393	0.6095673	0.542422631022 892787	
factor(Ano)2012	-0.0143377137	0.044542148	- 0.3218909	0.747668519521 212716	
factor(Ano)2013	-0.0123399471	0.038635712	- 0.3193923	0.749561163247 869366	
factor(Ano)2014	-0.0067161298	0.032494426	- 0.2066856	0.836338713569 184433	
factor(Ano)2015	-0.0036299326	0.034331516	- 0.1057318	0.915837143527 191255	
factor(Ano)2016	-0.0130761094	0.035682169	- 0.3664606	0.714174885344 924348	
factor(Ano)2017	-0.0176069623	0.028460491	- 0.6186458	0.536428681664 990137	
factor(Ano)2018	-0.0248199369	0.030108060	- 0.8243619	0.410123150397 469161	
factor(Ano)2019	-0.0266394736	0.032809033	- 0.8119555	0.417199748516 891011	
factor(Ano)2020	0.0056229097	0.031573061	0.1780920	0.858722139296 636655	
factor(Ano)2021	-0.0514160127	0.031330817	- 1.6410684	0.101405844499 039555	
factor(Ano)2022	-0.0200317734	0.036627554	- 0.5469045	0.584685933373 005229	
factor(Ano)2023	-0.0454996551	0.032870689	- 1.3842015	0.166908155482 754728	
factor(Ano)2024	-0.0830105509	0.041079834	- 2.0207129	0.043836737814 541671	*

Cód. signif.: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Fonte: Elaboração própria (2026).

Tabela 17 – Regressão Quantílica com FE de Setor e Ano ETR total – Quantil 0.50

Variavel	Coeficiente	Erro_Padrao	Estatistica	p_valor	Sig
(Intercept)	0.2334305469	0.209920608 4	1.11199443	0.266669635 3477	

Variavel	Coeficiente	Erro_Padrazo	Estatistica	p_valor	Sig
FILANT	- 0.0006543048	0.000486410 4	- 1.34517015	0.179174032 0034	
TAM_w	0.0022672770	0.021483500 8	0.10553573	0.915992624 2124	
ROA_w	- 1.2457302802	0.367437302 9	- 3.39032066	0.000752779 7033	***
ALAV_w	1.2290201774	0.393811982 1	3.12082982	0.001906634 7949	**
INTG_w	0.1207007128	0.060709423 5	1.98817096	0.047332211 7961	*
INTINV_w	0.0782008871	0.130481170 7	0.59932699	0.549223629 1908	
factor(Setor)Comunicações	- 0.1461456884	0.036500036 9	- 4.00398742	0.000071636 6982	***
factor(Setor)Consumo cíclico	- 0.0995866959	0.043848081 1	- 2.27117569	0.023556427 9388	*
factor(Setor)Consumo não cíclico	- 0.1477422988	0.028070656 1	- 5.26322927	0.000000209 6615	***
factor(Setor)Materiais básicos	- 0.1171444792	0.038680828 9	- 3.02848937	0.002583531 9448	**
factor(Setor)Petróleo gás e biocombustíveis	- 0.0495592731	0.074436218 3	- 0.66579515	0.505846040 3638	
factor(Setor)Saúde	- 0.2083090746	0.050428279 7	- 4.13079875	0.000042306 6965	***
factor(Setor)Utilidade pública	- 0.0508419450	0.028874393 0	- 1.76079702	0.078877981 2862	.
factor(Ano)2011	0.0257419486	0.036067482 5	0.71371626	0.475732366 4476	
factor(Ano)2012	0.0317590129	0.039553387 6	0.80294040	0.422386914 3568	
factor(Ano)2013	0.0019502346	0.042112312 1	0.04631032	0.963081222 4723	
factor(Ano)2014	- 0.0103541732	0.033375045 8	- 0.31023697	0.756508745 9548	
factor(Ano)2015	0.0059321741	0.049847412 3	0.11900666	0.905317402 6227	
factor(Ano)2016	- 0.0061368575	0.039649529 0	- 0.15477756	0.877058518 5653	
factor(Ano)2017	- 0.0216411805	0.038643063 0	- 0.56002757	0.575708963 1356	
factor(Ano)2018	- 0.0315783924	0.042864707 3	- 0.73669912	0.461647433 9112	

Variavel	Coeficiente	Erro_Padrao	Estatistica	p_valor	Sig
factor(Ano)2019	0.0090163852	0.0433026005	0.20821810	0.8351426251447	
factor(Ano)2020	0.0276426964	0.0439852523	0.62845374	0.5299908647335	
factor(Ano)2021	- 0.0508101727	0.0364287400	- 1.39478260	0.1636945928813	
factor(Ano)2022	- 0.0304590633	0.0438447367	- 0.69470284	0.4875610343684	
factor(Ano)2023	- 0.0328779352	0.0487899275	- 0.67386727	0.5007040162229	
factor(Ano)2024	- 0.0504756745	0.0472636798	- 1.06795905	0.2860492290222	

Cód. signif.: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
 Fonte: Elaboração própria (2026).

Tabela 18 – Regressão Quantílica com FE de Setor e Ano ETR total - Quantil 0.75

Variavel	Coeficiente	Erro_Padrao	Estatistica	p_valor	Sig
(Intercept)	0.4345369939	0.3373312493	1.288161102	0.198279795862446040	
FILANT	- 0.0013310373	0.0006843722	- 1.944902576	0.052341411130305104	.
TAM_w	0.0071970870	0.0310094390	0.232093427	0.816559471781035384	
ROA_w	- 2.7915942935	0.3845466972	- 7.259441608	0.000000000001477485	***
ALAV_w	1.8577823739	0.4361453169	4.259549058	0.000024437478362671	***
INTG_w	- 0.0221656449	0.0885788838	- 0.250236218	0.802506444730763269	
INTINV_w	- 0.0994340801	0.2450040071	- 0.405846750	0.685027107111915168	
factor(Setor)Comunicações	- 0.1970912111	0.0714356243	- 2.759004530	0.006008211332205526	**
factor(Setor)Consumo cíclico	- 0.0580763642	0.0500247850	- 1.160951801	0.246209982663718074	
factor(Setor)Consumo nao cíclico	- 0.1614012977	0.0474462289	- 3.401772940	0.000722613629773994	***
factor(Setor)Materiais básicos	- 0.1173439360	0.0617761332	- 1.899502767	0.058067887330217616	.

Variavel	Coeficiente	Erro_Padiao	Estatistica	p_valor	Sig
factor(Setor)Petróleo gás e biocombustíveis	- 0.053302875 6	0.0638084865	- 0.83535 7153	0.403911681760269 481	
factor(Setor)Saúde	- 0.181510498 7	0.0643010613	- 2.82282 2750	0.004948121149668 028	**
factor(Setor)Utilidade pública	- 0.107490220 1	0.0409416558	- 2.62544 8776	0.008915906605884 816	**
factor(Ano)2011	0.001087149 1	0.0427490969	0.02543 0925	0.979721290636430 542	
factor(Ano)2012	0.021256584 0	0.0484799915	0.43846 0968	0.661239664047036 380	
factor(Ano)2013	- 0.039717724 6	0.0490666717	- 0.80946 4414	0.418629288425601 320	
factor(Ano)2014	- 0.054419808 8	0.0496603656	- 1.09583 9874	0.273671176972794 861	
factor(Ano)2015	- 0.000503818 5	0.0543255752	- 0.00927 4058	0.992604141166769 871	
factor(Ano)2016	0.001896522 2	0.0505021704	0.03755 3281	0.970058698016062 149	
factor(Ano)2017	- 0.060209277 2	0.0595928057	- 1.01034 4730	0.312813997237026 964	
factor(Ano)2018	- 0.062364187 8	0.0739863570	- 0.84291 4698	0.399675199284784 455	
factor(Ano)2019	- 0.032150449 3	0.0496025225	- 0.64816 1578	0.517175036816286 404	
factor(Ano)2020	0.013318785 2	0.0654603938	0.20346 3261	0.838854916510157 311	
factor(Ano)2021	- 0.074128965 1	0.0477768774	- 1.55156 5719	0.121392612571448 399	
factor(Ano)2022	- 0.026419979 7	0.0538482406	- 0.49063 7752	0.623895798152542 147	
factor(Ano)2023	- 0.046998869 5	0.0467728778	- 1.00483 1681	0.315459126269766 355	
factor(Ano)2024	- 0.074631330 7	0.0464280827	- 1.60746 0966	0.108578293627851 652	

Cód. signif.: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1
 Fonte: Elaboração própria (2026).

Tabelas – Regressão Quantílica (ETR.Corrente_trunc) com FE de Setor e Ano

Quantis: 0.25 | 0.50 | 0.75
 FE via dummies: Setor = Setor | Ano = Ano

Tabela 19 – Regressão Quantílica com FE de Setor e Ano ETR corrente - Quantil 0.25

Variavel	Coeficiente	Erro_Padiao	Estatistica	p_valor	Sig
(Intercept)	0.2110870 932	0.212658044 6	0.992612781	0.32137405662 5283622	
FILANT	- 0.0003076 608	0.000412631 4	-0.745606829	0.45625185179 9529540	
TAM_w	- 0.0062029 054	0.021413993 5	-0.289665979	0.77219067477 8953756	
ROA_w	- 0.4408192 156	0.309519907 4	-1.424203113	0.15500529580 5042742	
ALAV_w	0.4779559 467	0.344977107 2	1.385471490	0.16651994443 7822032	
INTG_w	0.2387805 544	0.054243295 2	4.402028926	0.00001309542 2166209	***
INTINV_w	0.2674455 125	0.072147710 3	3.706916149	0.00023300882 9208847	***
factor(Set or)Comuni cações	- 0.2013451 046	0.050137106 7	-4.015889984	0.00006822171 1026606	***
factor(Set or)Consu mo cíclico	- 0.1257625 370	0.028749891 9	-4.374365564	0.00001480167 9000476	***
factor(Set or)Consu mo nao cíclico	- 0.1795108 234	0.029433633 3	-6.098833310	0.00000000212 6285814	***
factor(Set or)Materiai s básicos	- 0.1434323 318	0.032764783 7	-4.377637070	0.00001458932 5838310	***
factor(Set or)Petróle o gás e biocombus tíveis	- 0.0230217 695	0.085790789 3	-0.268347799	0.78854119781 0917804	
factor(Set or)Saúde	- 0.2682750 440	0.037257733 0	-7.200519802	0.00000000000 2189138	***
factor(Set or)Utilidad e pública	- 0.1090943 186	0.029735670 4	-3.668803065	0.00026958032 9593122	***
factor(Ano)2011	0.0163290 675	0.044770946 7	0.364724642	0.71546964431 8267539	
factor(Ano)2012	0.0130262 995	0.042561683 0	0.306056964	0.75968740484 3320202	
factor(Ano)2013	0.0040607 254	0.036757138 5	0.110474470	0.91207698532 6403467	

Variavel	Coeficiente	Erro_Padrao	Estatistica	p_valor	Sig
factor(Ano))2014	0.0115095 255	0.035867861 5	0.320886862	0.74842887855 3631494	
factor(Ano))2015	0.0555743 992	0.042421647 3	1.310048116	0.19077514292 2323004	
factor(Ano))2016	0.0003513 314	0.038166371 3	0.009205261	0.99265900325 3743677	
factor(Ano))2017	0.0022153 984	0.039055166 1	0.056724849	0.95478681568 4292911	
factor(Ano))2018	- 0.0409130 507	0.035963073 9	-1.137640536	0.25581007703 8194583	
factor(Ano))2019	- 0.0012612 527	0.034409077 8	-0.036654650	0.97077485312 3045345	
factor(Ano))2020	0.0160272 037	0.037826651 8	0.423701357	0.67196402993 7327956	
factor(Ano))2021	- 0.0411942 483	0.031353755 5	-1.313853720	0.18949196082 0546534	
factor(Ano))2022	0.0034446 356	0.051288186 9	0.067162359	0.94647903262 9943928	
factor(Ano))2023	- 0.0033844 272	0.036786713 9	-0.092001347	0.92673345328 2189812	
factor(Ano))2024	- 0.0414789 814	0.040462748 3	-1.025115277	0.30579957844 8112674	

Cód. signif.: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Fonte: Elaboração própria (2026).

Tabela 20 – Regressão Quantílica com FE de Setor e Ano ETR corrente - Quantil 0.5

Variavel	Coef	DP	Est	p_valor	Sig
(Intercept)	0.315445515 4	0.327910591 7	0.96198636	0.336516842 500	
FILANT	- 0.000210159 1	0.000676121 6	-0.31083027	0.756057910 658	
TAM_w	- 0.001574318 0	0.032968236 7	-0.04775257	0.961932316 278	
ROA_w	- 2.000925938 2	0.545964398 6	-3.66493849	0.000273575 806	***
ALAV_w	1.576849017 6	0.575128979 5	2.74173111	0.006328450 972	**

Variavel	Coef	DP	Est	p_valor	Sig
INTG_w	0.166077568 3	0.077944969 2	2.13070285	0.033596131 697	*
INTINV_w	0.094912368 1	0.161791965 9	0.58663215	0.557712923 536	
factor(Setor)Comunic ações	- 0.250103193 4	0.122216254 8	-2.04639877	0.041234408 196	*
factor(Setor)Consumo cíclico	- 0.093555260 6	0.048150246 9	-1.94298610	0.052573194 659	.
factor(Setor)Consumo nao cíclico	- 0.176431691 5	0.037953472 4	-4.64863109	0.000004270 734	***
factor(Setor)Materiais básicos	- 0.156994759 4	0.044203198 1	-3.55166065	0.000418659 417	***
factor(Setor)Petróleo gás e biocombustíveis	0.011392229 3	0.079713852 6	0.14291405	0.886415068 099	
factor(Setor)Saúde	- 0.303866594 9	0.063950489 3	-4.75159140	0.000002634 763	***
factor(Setor)Utilidade pública	- 0.080764077 0	0.042873939 7	-1.88375684	0.060172157 708	.
factor(Ano)2011	0.024760347 2	0.057354684 7	0.43170575	0.666139535 002	
factor(Ano)2012	0.034993669 9	0.061987115 7	0.56453135	0.572643227 423	
factor(Ano)2013	0.020070450 1	0.059778782 2	0.33574538	0.737202320 545	
factor(Ano)2014	- 0.017747936 8	0.059156897 7	-0.30001466	0.764289423 297	
factor(Ano)2015	- 0.001652601 5	0.078164701 1	-0.02114255	0.983140289 653	
factor(Ano)2016	- 0.003345456 1	0.066971441 0	-0.04995347	0.960179215 699	
factor(Ano)2017	- 0.060124606 0	0.061777840 4	-0.97323904	0.330900448 517	
factor(Ano)2018	- 0.025954651 7	0.057247964 4	-0.45337248	0.650475292 827	
factor(Ano)2019	- 0.007649813 6	0.056948070 6	-0.13432964	0.893195437 103	
factor(Ano)2020	0.065206898 3	0.062412893 9	1.04476646	0.296630755 833	

Variavel	Coef	DP	Est	p_valor	Sig
factor(Ano)2021	0.060964542 9	0.052480654 6	-1.16165744	0.245923388 297	
factor(Ano)2022	0.057980453 5	0.065595814 2	0.88390478	0.377168226 229	
factor(Ano)2023	0.005819088 7	0.059992687 0	0.09699663	0.922767550 152	
factor(Ano)2024	0.079931972 3	0.067654745 1	-1.18146883	0.237972605 420	
Cód. signif.: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1					
Fonte: Elaboração própria (2026).					

Tabela 21 – Regressão Quantílica com FE de Setor e Ano ETR corrente - Quantil 0.75

Variavel	Coeficiente	Erro_Padrazo	Estatistica	p_valor	Sig
(Intercept)	0.812316090	0.45622374 9	1.78052127	0.0755917814851	.
FILANT	-0.001856119	0.00107678 1	-1.72376725	0.0853618984573	.
TAM_w	-0.008960109	0.04405725 4	-0.20337420	0.8389244822719	
ROA_w	-3.883703991	0.74668075 0	-5.20129117	0.0000002881258	***
ALAV_w	1.954279045	0.77896301 6	2.50882135	0.0124256489887	*
INTG_w	-0.075512363	0.12133413 9	-0.62235051	0.5339923113833	
INTINV_w	-0.257854979	0.34667162 9	-0.74380179	0.4573423185889	
factor(Setor)Co municações	-0.085172596	0.19204571 8	-0.44350167	0.6575928576031	
factor(Setor)Co nsumo cíclico	-0.090661218	0.08502150 5	-1.06633279	0.2867827570479	
factor(Setor)Co nsumo nao cíclico	-0.205393094	0.07058349 1	-2.90993108	0.0037745867809	**
factor(Setor)Ma teriais básicos	-0.148777366	0.13854173 3	-1.07388123	0.2833887685813	
factor(Setor)Pet róleo gás e biocombustívei s	-0.055707093	0.10559357 3	-0.52756140	0.5980354916747	
factor(Setor)Sa úde	-0.320356316	0.09006814 1	-3.55682165	0.0004107214988	***

Variavel	Coeficiente	Erro_Padrao	Estatistica	p_valor	Sig
factor(Setor)Utilidade pública	-0.192245164	0.070817293	-2.71466411	0.0068613269817	**
factor(Ano)2011	0.011588628	0.082580368	0.14033152	0.8884540171060	
factor(Ano)2012	0.038899702	0.088755163	0.43828101	0.6613700079856	
factor(Ano)2013	-0.036673940	0.085510465	-0.42888248	0.6681916387837	
factor(Ano)2014	-0.020386150	0.079422180	-0.25668082	0.7975297161989	
factor(Ano)2015	0.052267150	0.086338842	0.60537238	0.5452035472105	
factor(Ano)2016	0.022003656	0.106175740	0.20723807	0.8359074738876	
factor(Ano)2017	-0.032017787	0.096794147	-0.33078227	0.7409461557079	
factor(Ano)2018	-0.033283830	0.102805014	-0.32375687	0.7462561471026	
factor(Ano)2019	-0.006835048	0.076466871	-0.08938574	0.9288107922889	
factor(Ano)2020	0.063899258	0.105960328	0.60304889	0.5467468935159	
factor(Ano)2021	-0.065835926	0.093668224	-0.70286298	0.4824650210511	
factor(Ano)2022	0.035918884	0.082344758	0.43620122	0.6628771550330	
factor(Ano)2023	-0.054019016	0.076313271	-0.70785874	0.4793595450142	
factor(Ano)2024	-0.059745445	0.075088034	-0.79567198	0.4265965526866	

Cód. signif.: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Fonte: Elaboração própria (2026).